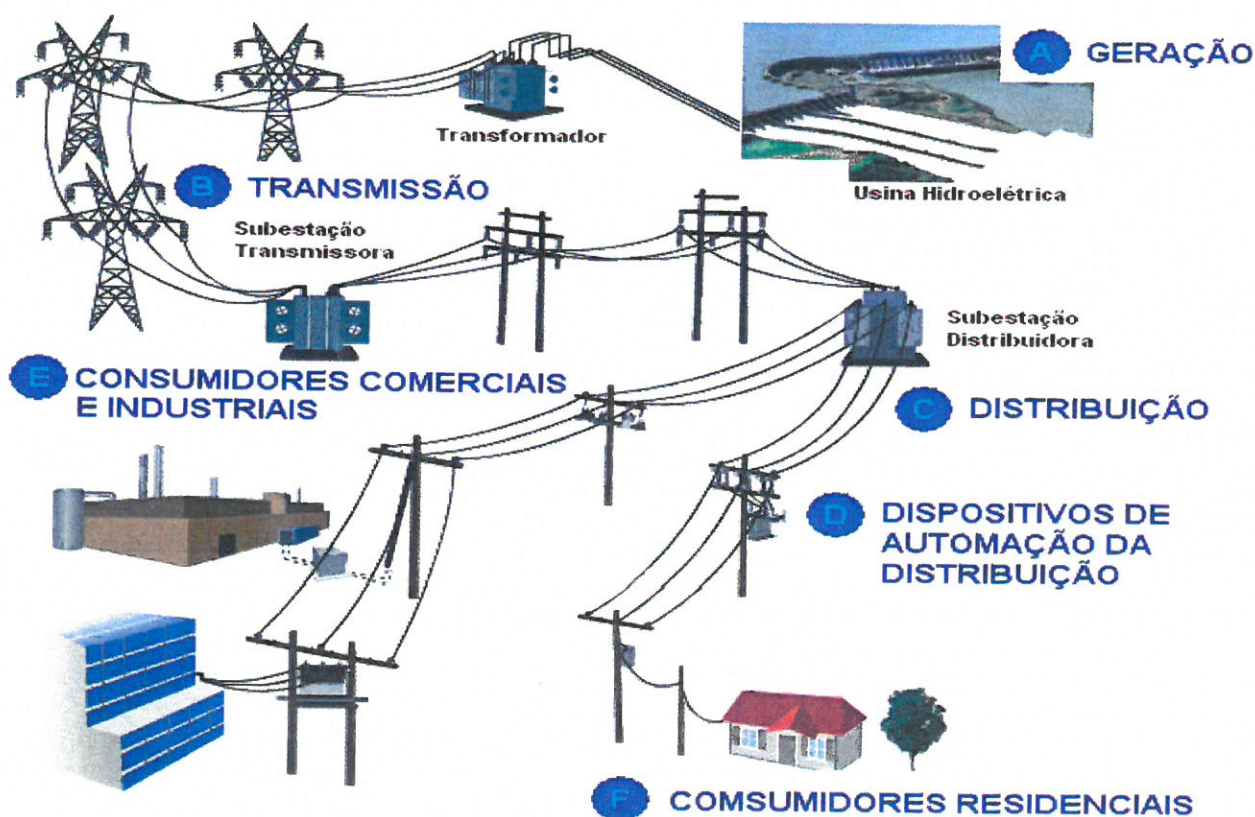


ENDE

EMPRESA NACIONAL DE
DISTRIBUIÇÃO DE ELECTRICIDADE - EP

RELATÓRIO E CONTAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2020

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

RELATÓRIO DE GESTÃO

EXERCÍCIO ECONÓMICO DO ANO 2020

INTRODUÇÃO

O exercício económico do ano de 2020 que adiante se relata, constitui o sexto da gestão da Empresa Nacional de Distribuição de Electricidade – ENDE-EP, após a sua constituição por Decreto Presidencial n.º 305/14, de 20 de Novembro.

O seu objecto social é a distribuição e comercialização de electricidade a nível nacional, no âmbito do Sistema Eléctrico Público, através da exploração de infraestruturas das redes de distribuição em AT, MT e BT, em regime de serviço público. O objectivo principal do seu surgimento é a criação de valor, eficiência, rentabilidade e sustentabilidade económica, assentes numa base sustentada da melhoria da prestação de serviços aos seus clientes, fornecendo com qualidade e segurança, através da expansão dos seus serviços em alinhamento com o Plano de Segurança Energético.

O ano de 2020 ficou marcado com a cessação do Conselho de Administração nomeado através do Decreto Presidencial n.º 345/17 de 20 de Dezembro por força do Despacho Presidencial n.º 69/20 de 18 de Maio, que nomeia os membros do Conselho de Administração em funções.

No seu primeiro ano de mandato, o Conselho de Administração decidiu continuar a incidir a suas acções na melhoria da satisfação dos clientes, na expansão do acesso a energia para novos clientes, bem como na melhoria dos indicadores de desempenho, paralelamente às iniciativas de afirmação das diferentes estruturas internas, visando torna-las funcionais e alinhadas com a perspectiva dos resultados esperados, incidindo na melhoria da produtividade.

A melhoria dos processos internos, redução das perdas técnicas e não técnicas, melhoria e protecção das receitas, assegurar a qualidade das informações contabilísticas e financeiras da Empresas e obter opinião (com e sem reservas) as demonstrações financeiras da Empresa, continuarão a ser as principais linhas de força do Conselho de Administração durante o mandato.

A gestão da Empresa foi orientada neste ano com base no Plano Estratégico para o quinquénio 2020 - 2024 e no Orçamento para o ano de 2020, documentos elaborados com base no que prevê as orientações e directivas do Plano de Acção do Sector de Energia e Água do mesmo período.

DESENVOLVIMENTO DA ACTIVIDADE DA EMPRESA

Os saldos iniciais da ENDE, EP no exercício de 2020 são os saldos finais à data de 31/12/19.

Decorrente da segregação contabilística dos activos das Empresas ENE e EDEL da qual a ENDE tem origem, o Capital Estatutário foi subscrito em **AKZ 284 194 597 968,27** (duzentos e oitenta e quatro mil milhões, cento e noventa e quatro milhões, quinhentos e noventa e sete mil, novecentos e sessenta e oito Kwanzas e vinte e sete cêntimos), reflectindo o Capital Social à data.

Na conjugação dos activos provenientes das duas Empresa, ficou subscrito mas não realizado, o montante de **AKZ 166 926 592 081,53** (cento e sessenta e seis mil milhões, novecentos e vinte e seis milhões, quinhentos e noventa e dois mil, oitenta e um Kwanzas e cinquenta e três), tendo sofrido alteração no exercício de 2019 no montante de **AKZ 170 177 152 081,63** (cento e setenta mil milhões, cento e setenta e sete milhões, cento e cinquenta e dois mil, oitenta e um kwanzas e sessenta e três cêntimos), resultante da regularização do valor do capital efectivamente realizado ao capital subscrito na Winterfell Industries (USD 16 000 000,00 equivalentes ao valor de AKZ 2 167 040 000,00) e no exercício corrente evidencia-se nas contas o montante de **AKZ 134 771 142 802,81** (cento e trinta e quatro mil milhões, setecentos e setenta e um milhões, cento e quarenta e dois mil, oitocentos e dois Kwanzas e oitenta e um Cêntimos), fruto de correcções contabilísticas devidamente sustentadas e validadas pelo IGAPE, sendo que, a concretização desta capitalização é da responsabilidade do Estado como o único acionista da Empresa.

Sobre a subscrição de capital na Winterfell, devido a elevada incerteza e complexidade subjacente ao processo, como as possíveis obrigações financeiras da ENDE prestados por avals a instituições financeiras (livranças avalizadas no financiamento contraída pela Winterfell) e o valor da participação financeira, atendendo ao contexto de nacionalização da EFACEC Power Soluções, o Conselho de Administração em articulação com a Tutela e a Sociedade de Advogados contratada para o processo, encontra-se a adoptar as necessárias diligências tendentes à clarificação deste assunto e correspondente defesa dos interesses da Empresa.

Por forma a relembrar e reivindicar o direito do capital subscrito e não realizado, o Conselho de Administração, tem efectuado contacto e correspondência a denunciar o direito evidenciado nas contas da Empresa, relativo a realização do capital social.

Neste exercício, não obstante a alteração da tarifa ocorrida no ano 2019, o seu efeito nos resultados continua a ser negativo, pelo o facto da mesma não reflectir o custo real da distribuição, para além do comportamento das variáveis macroeconómicas (inflação, taxa de câmbio) e do impacto da pandemia COVID 19.

As receitas com a venda do consumo de energia eléctrica totalizaram no período o montante de **AKZ 102 448 687 150,18** (cento e dois mil milhões, quatrocentos e quarenta e oito milhões, seiscentos e oitenta e sete mil, cento e cinquenta Kwanzas e dezoito Cêntimos), correspondendo a um incremento de 29,8% em comparação ao período homólogo.

Em relação aos créditos bancários, durante o período a Empresa manteve o empréstimo no Banco Comercial Angolano (conta corrente caucionada) e do Banco Sol S.A (crédito automóvel) no montante de **AKZ 1 500 000 000,00** e **AKZ 150 000 000,00** respectivamente.

A gestão da Empresa continuou a enfrentar fortes limitações financeiras, o que originou sobremaneira grandes dificuldades de tesouraria à Empresa, influenciando na relação com os principais fornecedores e credores, bem como no agudizar do clima de insatisfação geral a nível dos seus colaboradores, devido as condições deficientes de trabalho e sociais.

Devido aos condicionalismos vivenciados, decorrentes da situação macro económica e pandémica (COVID 19) que o País atravessa, a gestão da Empresa engendrou uma série de medidas tendentes a conter a propagação da doença no seio do seu colaboradores e parceiros, criando estruturas funcionais de prevenção, adquirindo equipamentos e consumíveis de biossegurança. Igualmente, como entidade da linha da frente no combate a pandemia, realizou diversas acções de melhorias da rede eléctrica e construção de instalações eléctricas para atender situações emergenciais da Comissão Interministerial, em alguns Centros de Quarentena Institucional, Hospitais e Alojamentos das Equipas Médicas nas províncias de Luanda, Benguela, Cunene e Zaire.

As medidas adoptadas pelo Executivo através dos Decretos n.º 81/20 de 25 de Março, 82/20 de 26 de Março, 097/20 de Abril e seguintes “*de não suspensão do serviço de fornecimento de energia a clientes devedores*”, durante o período de confinamento, impactaram fortemente nos indicadores de desempenho comercial da Empresa, em que se destacam a redução das receitas e o aumento da dívida de clientes.

As acções de formação tiveram atenção diferenciada, objectivando a melhoria dos processos organizativos da Empresa, o aumento da capacidade técnica e o nível de conhecimento dos trabalhadores.

A nível dos Investimentos, destaca-se a continuidade (conclusão de trabalhos pendentes) das obras financiadas pelo Programa de Investimentos Públicos (PIP) através da Linha de Crédito da China, dos Projectos de Eurobonds e Outros Projectos (AE Energy e RNT, GAMEK, PRODEL) que contemplam a electrificação e ligações domiciliárias nas províncias de Benguela (Subestações do Lobito II, Quileva, Cavaco, Benguela Centro e 32 Postos de Transformação), Cabinda, Huambo, Luanda (lotes, 1, 2 e 6 enquadrados no PIIM e lotes 3, 4 e 5 Eurobonds) e Zaire (reabilitação e expansão das redes MT/BT, IP e ligações domiciliárias em Mbanza Congo).

Neste exercício, para a melhoria do desempenho comercial e aumento da eficiência, a Empresa continuou a levar a cabo a implementação de uma série de iniciativas estruturantes com o objectivo de melhorar a qualidade da facturação, com a instalação de contadores “*smartmeter*” aos clientes de alta e média tensão e contadores de pré pagamento aos clientes de baixa tensão, de aumentar os índices de cobrança da facturação do consumo de energia do período e da dívida acumulada, proporcionando maior volume de receita e disponibilidade financeira necessárias para melhor prestação de serviço aos clientes. Igualmente, a continuidade da implementação do Novo Modelo Comercial, com a melhoria da prestação dos canais de relacionamento com o cliente, nomeadamente, as Lojas ENDE-EP e Agentes Comerciais, os Canais Não Presenciais (ATM, TPA, multicaixa express, internetbanking) e os Pontos de Venda de Energia Pré-Pagamento (superfícies comerciais).

No tocante à gestão operacional da rede de distribuição, registaram-se melhorias com maior incidência no Sistema Norte e Centro, fruto da conclusão da interligação entre os dois Sistemas, resultando num grau de atendimento satisfatório na ordem dos **97,4%**, não obstante existir défice de potência em algumas províncias da Região Sul e Leste.

A realização de obras estruturantes e outras a nível da Província de Luanda pelas operadoras de construção civil, públicas e/ou privadas, para além dos roubos, furtos e vandalização dos activos, provocaram danos na rede de distribuição, originando o aumento do número de avarias registadas e influenciando no tempo de interrupção do serviço.

No cumprimento das principais acções no ano 2020, foram desenvolvidas por domínios e áreas de actividade, as que resumidamente descrevemos:

NO DOMÍNIO COMERCIAL

Como atrás referimos, as acções desenvolvidas no exercício em relato, foram viradas para a prossecução da redução das perdas comerciais, melhoria da qualidade da facturação, aumento das receitas da Empresa, bem como do aumento da satisfação dos clientes, em relação ao serviço prestado pela Empresa.

Das iniciativas implementadas para melhoria do desempenho comercial, destacam-se a continuidade na melhoria dos processos comerciais, com a actualização do modelo comercial e a cessação de contratos de alguns prestadores de serviço de agenciamento que conferiam um desempenho menos bom em relação as exigências e necessidades da ENDE-EP.

O aumento do número de clientes em geral e da instalação de sistema de contagem (pré-pagamento para baixa tensão e “smartmeter” para alta e média tensão), continua a ser uma das principais linhas de orientação e estratégia da Empresa, tendo em conta as acções de reabilitação das redes e electrificação de novas áreas, um pouco por todo o território nacional, num ritmo desacelerado devido a situação macro-económica e a pandemia da COVID 19, assegurando o aumento do número de clientes que a última data do ano 2020, cifraram-se em **1.692.287** mais 0,3% que no ano anterior, dos quais 38,4% com contagem pré-paga. Do total de clientes a província de Luanda concentra 56,6%, 7,6% em Benguela, 4,9% Huíla, 4,7% na Huíla e 26,2% nas restantes 14 províncias.

De referir que na estrutura de clientes por produto, 61,2% são clientes de baixa tensão, 0,4% clientes de média tensão e 38,4% são clientes do sistema de pré-pagamento (baixa tensão).

No âmbito da expansão da instalação de contadores pré-pagos, foram instalados **58.422** contadores, perfazendo um total de **651.197** contadores instalados e activos no final do exercício, registando um incremento de 9,9% em relação ao ano 2019.

No exercício económico de 2020, o rácio cobrança em relação a facturação do consumo de energia eléctrica do período, foi de **55,3%**, enquanto que o rácio de clientes por colaborador foi de **377**.

NO DOMÍNIO DA EXPLORAÇÃO E MANUTENÇÃO DE REDES

Tendo como objectivos a melhoria da Qualidade de Serviço, a Regularidade no Fornecimento de Energia Eléctrica e a expansão do seu acesso, foram realizadas acções nas instalações de AT/MT/BT, que incluem as manutenções preventivas e correctivas, assim como o reforço das redes existentes e criadas condições para implementação de obras nas linhas com maior incidência na rede, tendentes a redução de perdas técnicas, que se estima situar-se em 15%.

Os activos técnicos relativos às infraestruturas de alta tensão, são compostos por **131** Subestações Eléctricas AT/MT, com uma potência instalada de **5.355 MVA**, a última data do exercício económico.

A potência máxima de consumo (ponta) verificada em 2020 a nível da distribuição foi de **1.949,5 MW**.

A potência não atendida foi em média de **44,4 MW**, registando um decréscimo de **7,5%** em relação ao período homólogo, com destaque para as Regiões Sul com **15,3 MW** e Luanda com **11,8 MW** como sendo as com maior potência não utilizada.

Em termos globais, a Empresa não registou défice de potência no sistema interligado, uma vez que teve disponível **3.184 MW**, correspondendo a uma evolução de **4,9%** em relação ao período homólogo, tendo utilizado **1.650 MW**. Registou-se défice de potência em algumas províncias (por restrições e avarias), em que se destacam na Região Sul 14,3% na província da Huíla, na Região Norte 3,9% e na Região Leste 9,10%, 20,6% e 9,9% nas províncias da Lunda Norte, Lunda Sul e Moxico respectivamente.

No período em análise, não se registaram Cortes Gerais Programados, mas registou-se 01 Corte Geral Não Programado, no dia 16/04/2020, com duração de 2h35.

É de realçar que as Regiões Centro e Sul tiveram maior número de cortes parciais programados 1.077 e 410 respectivamente, com duração de 7.113h13 e 2.339h35 respectivamente, correspondendo em média por cada corte 6h36 e 5h42. Em relação aos cortes parciais não programados, destacaram-se as regiões Sul e Centro que registaram maior números de cortes, com 1.318 e 336 respectivamente, com uma duração de 3.292h20 e 2.196h06.

Quanto ao grau de atendimento, foi satisfatória na ordem dos 97,4%. Entretanto, resultante das restrições e avarias registadas no sistema, a Empresa contabilizou 83.615 reclamações, tendo sido resolvidas 81.925, com um decréscimo de 7% em relação ao período homólogo.

Durante o mesmo período, foram registadas 90 avarias em Alta Tensão, 1.504 avarias em MT e 11.032 avarias em BT, com o grau de resolução de 90%, 98,2%, 99,8% respectivamente, que possibilitaram a redução do tempo de indisponibilidade com os clientes.

Durante o período, a energia distribuída foi de **11.658,29 GWh**, representando **95,60%**, do valor previsto (**12 188,56 GWh**), para o ano de 2020.

NO DOMÍNIO DOS INVESTIMENTOS

As acções realizadas no ano de 2020, visaram na continuidade das acções melhoria da qualidade do fornecimento de energia eléctrica, a expansão da rede de distribuição para as novas áreas. A situação macroeconómica e pandémica registada no País e no Mundo, reflectiu-se nos pagamentos que não se processaram nas condições contratuais, condicionando o ritmo da execução física das obras, principalmente nos projectos com financiamentos externos (LCC, Eurobonds e CESCE).

As acções de investimentos incidiram na conclusão das obras dos Projectos de Reabilitação e Expansão da Rede Eléctrica de Luanda, Cabinda, Benguela, Huambo e Zaire, financiado ao abrigo da linha de crédito da China, do EuroBonds, da CESCE (Empresa Espanhola de Seguros de Créditos à Exportações) e do PIIM que prevê a construção de mais de 26 Subestações, mais de 1 408 Postos de Transformação e cerca de 376 530 ligações domiciliárias.

Ao longo do ano ao abrigo do OGE (ROT), continuou a execução do Projecto de Electrificação MT/BT nos municípios do Dingo, Buco Zau e Belize, construção de 2 Subestações na província de Cabinda.

Durante o período, foram acompanhados vários projectos ao nível sectorial, envolvendo Entidades, como a AE Energy, RNT, PRODEL e GAMEK, centradas na construção de Mini-Centrais Térmicas, incluindo a rede de distribuição (MT/BT/IP) e ligações domiciliare nas províncias do Huambo (Bailundo 9 PT's), Benguela (Cubal 9 PT's e Ganda 5 PT's), Bié (Andulo 9 PT's), Cuanza Sul (Mussende 9 PT's) e Lunda Norte (Nzagi 5 PT's e Lucapa 8 PT's), e na construção de Subestações Eléctricas, incluindo a rede de distribuição e ligações domiciliare nas províncias do Cuanza Sul (SE Calulo 2X20MVA), Huambo (SE Centralidade da Caála 1X20MVA), Malanje (SE Calandula 1X10MVA) e Huíla (SE Matala).

Com recurso à Tesouraria da Empresa, foram executadas à título emergencial obras no âmbito da prevenção da propagação da COVID 19 nas províncias de Luanda (Centros de Quarentena do Calumbo I, II, Via Express e Kilamba, Hospital da Barra do Kwanza, Central de Depósito de Medicamento e Hospital anexo a Psiquiatria de Luanda) 6 PT's, de Benguela (Centro de Tratamento Parque Campismo e Centro de Quarentena de Benguela "Hotel Ritz") 01 PT, do Zaire (Centro de Quarentena de M'banza Congo) 01 PT e concluídos pequenos projectos de reabilitação e expansão da rede eléctrica á nível de todo País, convindo a melhoria e regularidade no fornecimento de energia eléctrica.

NO DOMÍNIO DA GESTÃO FINANCEIRA

No exercício em relato, a gestão financeira da Empresa foi orientada para a optimização dos recursos disponíveis, tendo em conta a situação do País muito afectado pela pandemia da COVID 19, associado as alterações macroeconómicas (variação das taxas de câmbio oficial, o aumento da inflação e a escassez de divisas para fazer face as despesas de importação de materiais eléctricos), como a suspensão das despesas de capital e correntes não prioritário o que permitiu obter no final do período um aumento de caixa avaliado em **AKZ 965 893 460,95** (novecentos e sessenta e cinco milhões, oitocentos e noventa e três mil, quatrocentos e sessenta Kwanzas e noventa e cinco Cêntimos).

Apesar das medidas restritivas "*da não suspensão do fornecimento de energia a clientes devedores*" no período do estado de emergência e estado de calamidade (Março à Agosto de 2020), o total de recebimentos provenientes da cobrança do consumo de energia no final do ano foi de **AKZ 77 404 752 312,41** (setenta e sete mil milhões, quatrocentos e quatro milhões, setecentos e cinquenta e dois mil, trezentos e doze Kwanzas e quarenta e um Cêntimos) superior em 31%, comparando com o período homólogo.

O volume de negócio da Empresa diminuiu em 17%, cifrando-se em **AKZ 102 448 687 150,18** (cento e dois mil milhões, quatrocentos e quarenta e oito milhões, seiscentos e oitenta e sete mil, cento e cinquenta Kwanzas e dezoito Cêntimos).

Na estrutura de Proveitos Operacionais avaliados em **AKZ 127 049 851 073,05** (cento e vinte e sete mil milhões, quarenta e nove milhões, oitocentos e cinquenta e um mil, setenta e três Kwanzas e cinco Cêntimos), as vendas de energia correspondem a 81%, outros proveitos operacionais 11% e as prestações de serviços 8%.

Os Custos Operacionais incorridos no exercício foram de **AKZ 172 119 868 991,42** (cento e setenta e dois mil milhões, cento e dezanove milhões, oitocentos e sessenta e oito mil, novecentos e noventa e um Kwanzas e quarenta e dois Cêntimos) e superam em 35,5% os Proveitos Operacionais registados no exercício, influenciando no Resultado Operacional negativo avaliado em **AKZ 45 070 017 918,38** (quarenta e cinco mil milhões, setenta milhões, dezassete mil, novecentos e dezoito Kwanzas e trinta e oito Cêntimos).

Os recebimentos totais no exercício cifraram-se em **AKZ 124 378 489 034,09** (cento e vinte e quatro mil milhões, trezentos e setenta e oito milhões, quatrocentos e oitenta e nove mil, trinta e quatro Kwanzas e nove Cêntimos), representando um decréscimo de 14,20% em relação ao ano anterior. Destes, **AKZ 77 404 752 312,41** (setenta e sete mil milhões, quatrocentos e quatro milhões, setecentos e cinquenta e dois mil, trezentos e doze Kwanzas e quarenta e um Cêntimos) referem-se a recebimentos provenientes da venda de energia eléctrica, **AKZ 25 998 475 726,56** (vinte e cinco mil milhões, novecentos e noventa e oito milhões, quatrocentos e setenta e cinco mil, setecentos e vinte e seis Kwanzas e cinquenta e seis Cêntimos) de Subsídio à Preços, **AKZ 4 914 875 546,65** (quatro mil milhões, novecentos e catorze milhões, oitocentos e setenta e cinco mil, quinhentos e quarenta e seis Kwanzas e sessenta e cinco Cêntimos) de juros cupão (OT's) e credores da actividade bancária, **AKZ 13 796 951 799,94** (treze mil milhões, setecentos e noventa e seis milhões, novecentos e cinquenta e um mil, setecentos e noventa e nove Kwanzas e noventa e quatro Cêntimos) da Venda de OT's e **AKZ 2 263 433 648,53** (dois mil milhões, duzentos e sessenta e três milhões, quatrocentos e trinta e três mil, seiscentos e quarenta e oito Kwanzas e cinquenta e três Cêntimos) de outros recebimentos.

À data do balanço, a dívida do Estado para com a ENDE-EP decorrente de Subsídio à Preços, cifrava-se em **AKZ 142 371 370 339,02** (cento e quarenta e dois mil milhões, trezentos e setenta e um milhões, trezentos e setenta mil, trezentos e trinta e nove Kwanzas e dois Cêntimos) e dos clientes em **AKZ 167 512 394 215,20** (cento e sessenta e sete mil milhões, quinhentos e doze milhões, trezentos e noventa e quatro mil, duzentos e quinze Kwanzas e vinte Cêntimos), enquanto que a dívida acumulada com o principal fornecedor da Empresa, cifrava-se em **AKZ 288 988 153 272,65** (duzentos e oitenta e oito mil milhões, novecentos e oitenta e oito milhões, cento e cinquenta e três mil, duzentos e setenta e dois Kwanzas e sessenta e cinco Cêntimos), evidenciando sobre maneira as dificuldades de gestão de tesouraria da Empresa, enfrentadas ao longo do exercício.

NO DOMÍNIO DA GESTÃO DAS PESSOAS

Neste domínio, a força de trabalho efectiva da ENDE, EP a 31/12/20, foi de 4.765 trabalhadores, mais 4,5% em relação ao ano anterior. Destes, 93,93% (4.493), estão no activo, 1,97% (94) avançados, 0,31% (15) em comissão de serviço, 1,17 (56) doentes, 0,12% (06) pensionistas e 2,49 (119) reformados.

Entretanto, do quadro de pessoal activo, 22,10% (995) são do género feminino, em que 8,6% (86) exercem a função de gestão¹ e 77,90% (3.498) do género masculino, em que 11,9% (416) exercem a função de gestão.

As acções de formação e qualificação do potencial humano, como força motriz do desenvolvimento, visaram a sua constante valorização e criação de valências, dada as exigências de Administração e Gestão da Empresa e do funcionamento do novo sistema informático de gestão SAP S4-HANA, ISU.

Neste contexto, foram realizadas 28 acções de formação nos domínios administrativos, técnico, comportamental e liderança, para um universo de 294 beneficiários.

Referindo à protecção higiene, saúde e segurança no trabalho, registaram-se no ano, 24 acidentes de trabalho, mais 9,10% em relação ao ano anterior, sendo 01 fatal e 08 com gravidade.

¹ Inclui os Membros do Conselho de Administração e Fiscal

Garantiram-se os serviços de saúde a todos os trabalhadores em termos de assistência médica e medicamentosa nos Centros Médicos da Empresa, para o caso das Províncias que os tenham, bem como em Clínicas Privadas e/ou Hospitais Públicos com Convênio.

Os custos com o pessoal atingiram os AKZ 28 647 799 890,36 (vinte e oito mil milhões, setecentos e quarenta e sete milhões, setecentos e noventa e nove mil, oitocentos e noventa Kwanzas e trinta e seis Cêntimos), representando 17% do total dos custos operacionais, registando um incremento de 12% em relação ao período homólogo.

OUTROS DOMÍNIOS

Devido a necessidade de garantir a aquisição de materiais prioritários para a manutenção dos serviços de distribuição de electricidade, como sendo, fusíveis, transformadores de distribuição, postes, uniões, terminais, caixas de união, celas de média tensão, monoblocos, quadros gerais de baixa tensão etc, foram adquiridos materiais na ordem dos AKZ 3 410 464 642,87 (três mil milhões, quatrocentos e dez milhões, quatrocentos e sessenta e quatro mil, seiscentos e quarenta e dois Kwanzas e oitenta e sete Cêntimos).

À data de fecho do exercício económico as existências em armazém cifravam-se em AKZ 6 250 216 884,31 (seis mil milhões, duzentos e cinquenta milhões, duzentos e dezasseis mil, oitocentos e oitenta e quatro Kwanzas e trinta e um Cêntimos) dos quais 1,43% referem-se a materiais de alta tensão, 46,02% de média tensão, 36,86% materiais de baixa tensão e 15,69% referentes a outros materiais.

Questões à nível das tecnologias de informação, afectaram directamente no desempenho da Empresa, a exemplo da suspensão por um longo período de tempo da assistência técnica operacional ao sistema informático de gestão SAP S4-HANA, ISU por parte da Contratada (TechMahindra), devido a elevada dívida, o que impactou no desempenho das actividades comerciais e outros, como na resolução de várias anomalias registadas nos processos de contratação, facturação e cobrança.

A unificação dos dois sistemas pré pagos existentes na Empresa, Ultima e Eclipse, para a solução Ultima Plus, representou um marco no processo de melhoria da canais de venda e satisfação da clientela.

CONCLUSÃO

Nos termos das disposições legais e estatutárias, o Conselho de Administração da Empresa Nacional de Distribuição de Electricidade, Empresa Pública, abreviadamente designada por ENDE, EP, apresenta e submete para homologação, o Relatório e Contas referente ao Exercício Económico de 2020.

Enfatiza ao acionista único da Empresa, o Estado, que continuam evidenciadas nas contas da Empresa à data de 31/12/20 do montante de **AKZ 134 771 142 802,81** (cento e trinta e quatro mil milhões, setecentos e setenta e um milhões, cento e quarenta e dois mil, oitocentos e dois Kwanzas e oitenta e um Cêntimos), como Capital Social subscrito, mas não realizado, decorrente da necessidade de realização do seu capital, promulgado nos estatutos, representando dívida do acionista para com a Empresa.

Durante o exercício que relatamos e decorrente de todos os constrangimentos vividos, neste seu quinto ano de vigência, muitos deles ainda decorrentes do processo de transformação como o que deu origem a ENDE-EP, outros decorrentes do agudizar da situação macroeconómica geral, o resultado líquido foi negativo em **AKZ 109 360 847 860,58** (cento e nove mil milhões, trezentos e sessenta milhões, oitocentos e quarenta e sete mil, oitocentos e sessenta kwanzas e cinquenta e oito cêntimos), influenciado significativamente pela baixa no volume de receitas e aumento dos custos.

Por este facto, nos termos do artigo 30º, do Decreto N.º 08/02 de 12 de Abril, o Conselho de Administração **não prevê para este exercício a repartição de dividendos, devido o resultado negativo obtido no apuramento da estimativa de Imposto Sobre o Rendimento.**

Em resumo, o primeiro ano de mandato do Conselho de Administração, ficou marcado pelos seguintes resultados:

- a) A nível da gestão organizacional, registou-se a criação da Direcção de Serviços Gerais e alteração da denominação das Direcções de Finanças e Administração e da Cadeia de Abastecimento para Direcção de Finanças e Contabilidade e da Direcção de Contratação e Aprovisionamento, respectivamente;
- b) A nível da gestão dos recursos humanos, registou-se um aumento de mais 209 técnicos, entre activos e avençados, maioritariamente enquadrados nos Núcleos de Pré Pagamento, com o objectivo de reforçar a fiscalização e combate a fraude nos contadores instalados aos clientes;

- c) Em relação os projectos de reabilitação e expansão da rede, das obras que transitaram e em curso, foram concluídos os seguintes:
- c.1) Interligação da SE Tomboco ao Centro de Despacho Central;
 - c.2) Expansão da rede de distribuição de Saurimo, com instalação de 21 PT's e 3 300 ligações domiciliárias (sem sistema de contagem).
- d) Relativamente a exploração da rede, registou-se a inserção de mais activos, como:
- d.1) 19 subestações eléctricas, 495 PT's e 2.898,9 Km's de rede (310 Km de linha de alta e média tensão e 2.588,9 Km's de cabos de alta, média e baixa tensão);
- Ainda na exploração da rede, concretamente na distribuição, registou-se uma redução de 2,7% da potência máxima utilizada, justificado pelo período de cacimbo (epoca sazonal, redução de consumo), mas com um grau de atendimento satisfatório na ordem de 97,4% (mais 0,31 pontos percentuais), considerando as reclamações registadas, foram atendidas em 96%.
- e) Na vertente comercial, destacamos as seguintes acções:
- e.1) Início do processo de inventário e actualização da base de dados de clientes, resultando na correcção dos dados estatísticos do número total de cliente, em menos 42 632 clientes registado no início do mandato (1 710 288) que se encontram inactivo no sistema pós pago e activos no sistema pré pago, com realce aos clientes na categoria tarifária de BT_TDS II;
 - e.2) Continuidade do cadastramento por georeferencia dos clientes de alta e média tensão;
 - e.3) Início do cadastramento dos clientes de média e baixa tensão na categoria tarifária, MT_TCS, BT_TI, BT_TCS e BT_TDT em todos Centros de Distribuição;
 - e.3) Continuidade da instalação de contadores aos clientes de alta e média tensão, tendo sido instalados no período mais 179 contadores, devidamente georreferenciados;
- f) A nível da gestão financeira, destacou-se os seguintes registos e acções:
- f.1) Redução da dívida à pagar na ordem dos 1%, fortemente influenciado pelo trabalho em curso na Direcção de Finanças e Contabilidade da validação da dívida com os fornecedores e credores diversos;
 - f.2) Crescimento com o principal fornecedor a RNT na ordem de 23,1%;

f.3) Crescimento da dívida a receber de Clientes na ordem de 35,6%.

Ainda neste nível, avaliando a situação operacional/corrente apurados por receber de terceiros e a pagar a terceiros, registou-se uma situação de insolvência, isto é, a Empresa não tem capacidade financeira para liquidar as suas dívidas, ou seja:

Descrição	Valor (AKZ)
DÍVIDA A TERCEIROS	-397 123 752 809,15
DÍVIDA DE CLIENTES	167 512 394 215,20
DÍVIDA DE ESTADO	142 371 370 339,02
Total	-87 239 988 254,93

Entretanto, com os resultados apurados à nível da gestão financeira, é facto que a Empresa não tem condições de tesouraria (falta de liquidez) para honrar com os compromissos de curto prazo e que cada vez mais tem se financiado com a dívida dos seus principais fornecedores e credores, incorrendo em custos adicionais resultante de actualizações da dívida, aplicação de juros e outras penalizações, o que tem levado a Empresa numa situação de insolvência.

g) Perspectivas

Para a empresa sair da situação em que se encontra, preve-se a realização de acções previamente planificadas, nomeadamente:

- g.1) Reforço técnico na arrecadação de receitas, para a redução do rácio receita facturada vs receita cobrada;
- g.2) Regularização das inconformidades detectadas pelo auditor externo nas demonstrações financeiras;
- g.3) Melhoramento da funcionalidade dos sistemas de gestão da Empresa, como a conclusão do processo de unificação dos Sistemas Pré-Pagamento, SAP S4/HANA.

Conclui-se o Relatório de Gestão do Conselho de Administração da ENDE-EP, às Contas do Exercício Económico de 2020, endereçando os seus agradecimentos:

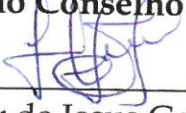
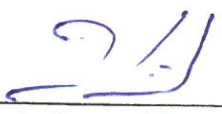
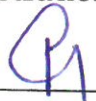
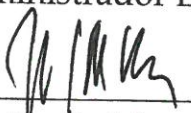
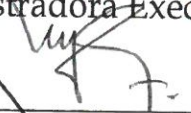
- ✓ Ao Ministério das Finanças;
- ✓ Ao Ministério da Economia e Planeamento;
- ✓ Ao Ministério de Energia e Águas;
- ✓ Aos Governos Provinciais parceiros inequívocos

- ✓ Ao Instituto de Gestão de Activos e Participações do Estado como orientadores da política de gestão e transmissores das orientações do Poder Executivo;
- ✓ A Polícia Nacional;
- ✓ As Instituições Bancárias;
- ✓ Os Órgãos da Comunicação Social;
- ✓ Aos Órgãos do Poder Local;
- ✓ Aos Clientes, nas 18 Províncias do País;
- ✓ Aos trabalhadores, como principal Activo e força motriz;
- ✓ E Outras Entidades, como parceiros que cooperaram e apoiam distintamente a actividade da ENDE - EP.

O Conselho de Administração reitera o seu compromisso e engajamento em trabalhar para a melhoria qualitativa e quantitativa da prestação de serviços aos clientes, melhoria da gestão e dos resultados da Empresa, tendo em atenção o que prevê o Programa do Governo para o quinquénio 2018 - 2022, bem como os Programas Sectoriais de Energia, para o período de mandato.

Feito e Aprovado pelo Conselho de Administração em Luanda aos, 12 de Maio de 2021.

Os Membros do Conselho de Administração


Hélder de Jesus Garcia Adão
(Presidente)
João de Deus Pereira Furtado
(Administrador Executivo)
Manuel de Jesus Neto Adão
(Administrador Executivo)
Pedro Estevão Buca
(Administrador Executivo)
Isabel Augusto dos Santos
(Administradora Executiva)
João Simão Manuel da Silva
(Administrador Não Executivo)
Mário Alberto Mendonça da Silva
(Administrador Não Executivo)

ANEXO I
MAPA DE EXECUÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES DE DESEMPENHO DA EMPRESA NO EXERCÍCIO 2020

DESCRIÇÃO	UNIDADE	ANOS				DESVIO	
		EXECUÇÃO 2019	PREVISÃO 2020	EXECUÇÃO 2020	%	%	%
Número de Clientes	#	1 689 943	1 730 195	1 695 287	98	-2	
BALANÇO ENERGÉTICO							
Energia Adquirida	kWh	13 035 898 575	14 339 488 433	13 715 638 278	96	-4	
Perdas Técnicas	%	15	15	15	100	0	
Perdas de Distribuição (Técnicas)	kWh	1 955 384 786	2 150 923 265	2 057 345 742	96	-4	
Energia Distribuída	kWh	11 080 513 789	12 188 565 168	11 658 292 536	96	-4	
Perdas Não Técnicas	%	19	9	25	281	181	
Perdas por Não Facturação (Comerciais)	kWh	2 056 278 838	1 096 970 865	2 943 696 827	268	168	
Energia Facturada	kWh	9 024 234 951	11 091 594 303	8 714 595 709	79	-21	
Energia Cobrada	kWh	6 469 839 573	10 756 280 733	6 046 360 937	56	-44	
* Cobrança da Facturação do Período	kWh	4 589 081 366	9 427 855 157	4 821 383 154	51	-49	
* Cobrança da Dívida	kWh	1 880 758 207	1 328 425 576	1 224 977 783	92	-8	
Energia Facturada Não Cobrada	kWh	4 435 153 585	1 663 739 146	3 893 212 555	234	134	
Perdas Totais (Técnicas e Comerciais)	kWh	4 011 663 624	3 247 894 130	5 001 042 569	154	54	
Índice de Cobrança Factura Período	%	51	85	55	65	-35	
Índice de Cobrança Totais	%	72	97	69	72	-28	
DOMÍNIO RECURSOS HUMANOS							
Número Efectivo de Trabalhadores	#	4 284	4 426	4 493	102	2	
Rácio N.º de Clientes / N.º Trabalhador	###	394	391	377	97	-3	
DOMÍNIO ECONÓMICO, FINANCEIRO E PATRIMONIAL							
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS							
Venda do Consumo de Energia	AKZ	78 905 410 203,00	132 735 291 527,34	102 276 918 716,50	77	-23	
Subsídio a Preços	AKZ	44 298 710 320,00	0,00	0,00	0	0	
Aquisição de Energia Eléctrica	AKZ	102 138 082 999,21	123 223 565 090,24	102 071 553 298,20	83	-17	
Custo com Pessoal	AKZ	25 473 004 401,49	26 240 388 530,72	28 647 799 890,36	109	9	
Resultado Operacional	AKZ	-21 456 982 792,33	-45 250 589 585,17	-45 070 017 918,38	99,6	-0,4	
Resultado Líquido	AKZ	-54 704 489 044,43	-58 813 649 119,30	-109 360 847 860,58	186	86	
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA							
Total de Recebimentos	AKZ	144 979 738 112,00	279 901 161 261,00	124 378 489 034,09	44	-56	
Total de Pagamentos	AKZ	138 951 114 342,54	279 901 160 797,00	123 412 595 573,14	44	-56	
Saldo do Período	AKZ	6 028 623 769,46	464,00	965 893 460,95			
Saldo Anterior	AKZ	4 354 030 001,98	10 382 653 771,44	10 382 653 771,44	100	0	
Saldo no Final	AKZ	10 382 653 771,44	10 382 654 235,44	11 348 547 232,39	109	9	
BALANÇO PATRIMONIAL							
Total do Activo	AKZ	880 235 595 286,94	753 058 887 547,72	809 540 025 240,62	108	8	
Capital Próprio	AKZ	180 652 677 872,20	121 839 028 752,90	71 291 829 519,58	59	-41	
Total do Passivo	AKZ	699 582 917 414,74	631 219 858 794,82	738 248 195 721,03	117	17	
OUTROS INDICADORES							
Dívida Acumulada de Clientes	AKZ	123 544 047 379,26	118 217 715 086,48	167 513 244 840,00	142	42	
Dívida Acumulada à RNT	AKZ	234 750 052 971,08	258 548 872 558,23	288 988 153 272,65	112	12	

ANEXO II
**MAPA SÍNTESE DOS PRINCIPAIS INDICADORES DE GESTÃO DA EMPRESA
PERÍODO 2018 - 2020**

PERÍODO 2018 - 2020				
Descrição	Unidade	Anos		
		2018	2019	2020
BALANÇO ENERGÉTICO				
Energia Adquirida	kWh	12 311 371 660	13 035 898 575	13 715 638 278
Perdas Técnicas	%	15	15	15
Perdas de Distribuição (Técnicas)	kWh	1 846 705 749	1 955 384 786	2 057 345 742
Energia Distribuída	kWh	10 464 655 911	11 080 513 789	11 658 292 536
Perdas Não Técnicas	%	28	19	25
Perdas por Não Facturação (Comerciais)	kWh	2 923 957 815	2 056 278 838	2 943 696 827
Energia Facturada	kWh	7 540 698 096	9 024 234 951	8 714 595 709
Energia Cobrada	kWh	5 954 399 636	6 469 839 573	6 046 360 937
* Cobrança da Facturação do Período	kWh	4 010 000 563	4 589 081 366	4 821 383 154
* Cobrança da Dívida	kWh	1 944 399 073	1 880 758 207	1 224 977 783
Energia Facturada Não Cobrada	kWh	3 530 697 533	4 435 153 585	3 893 212 555
Perdas Totais (Técnicas e Comerciais)	kWh	4 770 663 564	4 011 663 624	5 001 042 569
Índice de Cobrança Factura Período	%	53	51	55
Índice de Cobrança Totais	%	79	72	69
DOMÍNIO COMERCIAL				
Número de Clientes	#	1 478 836	1 689 943	1 695 287
* Clientes AT/MT	#	5 881	6 130	6 692
* Clientes BT	#	1 472 955	1 683 813	1 688 595
N.º de Ligações de Novos Clientes	#	150 553	211 107	20 345
* Contadores Pré Pago Instalados	#	85 801	207 073	58 422
N.º de Contadores Instalados	#	565 605	762 678	821 221
* Clientes Pós Pagamento	#	179 903	169 903	170 024
* Clientes Pré Pagamento	#	385 702	592 775	651 197
DOMÍNIO DA DISTRIBUIÇÃO				
Ponta Máxima	MW	1 923,10	2 003,90	1 949,50
Subestações Eléctrica	#	91	112	131
* Potência Instalada	MVA	4 084	5 132	5355
Centrais Térmicas	#	12	26	25
* Potência Instalada	MVA	22,1	44,3	37,6
Postos de Seccionamentos	#	137	141	142
Posto de Transformação Serviço	#	5 739	6 785	7 280
* Potência Instalada	KVA	3 208 441	4 048 633	4 325 831
Posto de Transformação Privativo	#	5 158	6 410	6 991
* Potência Instalada	KVA	2 710 264	3 146 651	3 614 319
Armário de Seccionamento	#	4 788	5 523	6 641
Linhas AT	Km	1 178,0	1 741,0	1 798,6
Linhas MT	Km	5 985,0	7 028,0	7 280,4
Cabos AT	Km	86,2	90,2	251,7
Cabos MT	Km	1 518,0	1 667,0	1 848,9
Cabos BT	Km	977 680,0	13 189,3	15 434,8
Taxa de Electrificação	%	36%	36%	33%

EMPRESA NACIONAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ELECTRICIDADE

MAPA SÍNTESE DOS PRINCIPAIS INDICADORES DE GESTÃO DA EMPRESA PERÍODO 2018 - 2020

Descrição	Unidade	Anos		
		2018	2019	2020
DOMÍNIO ECONÓMICO				
Venda do Consumo de Energia***	AKZ	62 192 924 373,00	78 905 410 203,00	102 276 918 716,50
Subsídio a Preços	AKZ	77 974 666 765,00	44 298 710 320,00	0,00
Aquisição de Energia Eléctrica	AKZ	99 581 057 942,02	102 138 082 999,21	102 071 553 298,20
Custo com Pessoal	AKZ	20 646 370 657,48	25 473 004 401,49	28 647 799 890,36
Resultado Operacional	AKZ	4 388 028 516,52	-21 456 982 792,33	-95 878 659 567,51
Resultado Líquido	AKZ	1 323 540 713,39	-54 704 489 044,43	-109 360 847 602,81
OUTROS DOMÍNIOS				
Número Efectivo de Trabalhadores	#	4 285	4 284	4 493
Rácio N.º de Clientes / N.º Trabalhador	###	345	394	377

*** Valor do Exercício 2020, diferente do valor constantes nas Demonstrações Financeiras de 2020, que para efeitos de preparação e apresentação foi deduzidos das vendas, os montantes de provisões de cobrança duvidosa e actualização financeira de dívidas de clientes, conforme relato da nota 22.

ÍNDICE

DESCRIÇÃO	Página
Nota Introdutória	04
1. Actividade	05
2. Políticas Contabilísticas Adoptadas na Preparação das Demonstrações Financeiras	05
2.1 Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras	05
2.2 Bases de Valorimetria Adoptadas na Preparação das Demonstrações Financeiras	06
2.2.1 Critérios de Reconhecimento e Base de Valorimetria Específicas	06
2.3 Alterações nas Políticas Contabilísticas	16
Balanço em 31-12-2020	18
Demonstrações de resultados por Natureza	19
Gráficos da Demonstração de Resultados	20
Demonstração dos Fluxos de Caixa	22
Notas ao Balanço	
4. Imobilizado Corpóreo	23
4.1 Composição	23
4.3 Movimentos ocorridos durante o Exercício no Valor Bruto	24
4.4 Movimentos ocorridos durante o Exercício nas Amortizações Acumuladas	25
4.8 Imobilizado em Curso	26
5. Imobilizado Incorpóreo	26
5.1 Composição	26
5.2 Movimentos ocorridos durante o Exercício no Valor Bruto	27
5.3 Movimentos ocorridos durante o Exercício nas Amortizações Acumuladas	27
7. Outros Activos Financeiros	27
7.1 Composição	27
7.2 Movimentos ocorridos durante o Exercício no Valor Bruto	28
7.3 Movimentos ocorridos durante o Exercício nas Provisões	30
8. Existências	30
8.1 Composição	30
8.2 Movimentos ocorridos durante o Exercício nas Provisões	30
9. Outros Activos Não Correntes e Contas a Receber	31
9.1 Composição	31
9.2 Movimentos ocorridos durante o Exercício nas Provisões	31
9.3 Estado	32
9.4 Participantes e Participadas	32
10. Disponibilidades	32
10.1 Composição	32
10.2 Composição dos Saldos em Banco	33
11. Outros Activos Correntes	33
11.1 Composição	33

**ENDE, EP. – EMPRESA NACIONAL DE DISTRIBUIÇÃO DE
ELECTRICIDADE**
Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em 31-12-20

	33
12. Capital	33
12.1 Composição e movimentos no Exercício	34
14. Resultados Transitados	34
14.1 Composição	34
15. Empréstimos Correntes e Não Correntes	34
15.1 Composição	35
15.2 Movimentos ocorridos durante o Exercício nos Empréstimos	35
15.3 Condições dos Empréstimos	36
17. Provisões para Pensões	36
17.1 Movimentos ocorridos durante o Exercício nas Provisões	36
18. Provisões Por Outros Riscos e Encargos	36
18.1 Movimentos ocorridos durante o Exercício nas Provisões	37
19. Outros Passivos Não Correntes e Contas a Pagar	37
19.1 Composição	38
21. Outros Passivos Correntes	38
21.1 Composição	
 Notas à Demonstração de Resultados	
	39
22. Vendas	39
22.1 Composição das Vendas	40
23. Prestação de Serviço	40
23.1 Composição de Prestação de Serviço por Mercado	40
24. Outros Proveitos Operacionais	40
24.1 Composição	40
27. Custos das Existências Vendidas	41
28. Custos com o Pessoal	41
29. Amortizações	42
30. Outros Custos e Perdas Operacionais	44
31. Resultados Financeiros	45
33. Resultados Não Operacionais	45
34. Resultados Extraordinários	46
35. Imposto Sobre o Rendimento	47
37. Contingências	47
37.1. Winterfell	47
37.2. Certidão de Dívida Tributária - IVA	47
37.3. Outros Riscos	48
38. Acontecimentos ocorridos após data do Balanço	49
40. Saldos e Transações com Entidades Relacionadas	49
42. Outras Informações	

Notas à Demonstração de Fluxo de Caixa

	51
43. Políticas Adoptadas	51
47. Caixa e Equivalentes de Caixa	

NOTA INTRODUTÓRIA

O presente Relatório tem por objectivo apresentar e comentar as contas da ENDE, EP – Empresa Nacional de Distribuição de Electricidade, Empresa Pública, também designada por (ENDE ou Empresa), à data de 31 Dezembro de 2020 em cumprimento ao Decreto Executivo n.º 401/15 de 8 de Junho e a tomada de medidas correctivas pelo Conselho de Administração, dos indicadores que apresentam-se não ajustáveis as metas estratégicas. É uma Empresa de interesse estratégico, dotada de personalidade jurídica e de autonomia administrativa, financeira, patrimonial e de gestão.

Com efeito, a ENDE foi criada através do Decreto Presidencial n.º 305/14 de 20 de Novembro, como corolário do Plano de transformação do Sector Eléctrico, que previu a segregação das actividades do segmento de distribuição da extinta ENE – Empresa Nacional de Electricidade, E.P. (ENE) e EDEL – Empresa de Distribuição de Electricidade, E.P. (EDEL).

A ENDE iniciou a sua actividade jurídica, financeira e económica à data de 1 de Abril de 2015, com os saldos constantes dos livros contabilísticos da extinta EDEL à data de 31 de Março de 2015 e com os saldos oriundos da extinta ENE, afectos ao segmento da distribuição da electricidade, tal como consta de documentos enviados pela PRODEL – Empresa Pública de Produção de Electricidade, E.P., em 9 de Setembro de 2016, originando deste modo a realização de parte do capital social da ENDE, EP.

1. ACTIVIDADE

A ENDE, EP – Empresa Nacional de Distribuição de Electricidade, Empresa Pública tem como objecto social, a Distribuição de Energia Eléctrica a nível nacional, no âmbito do Sistema Eléctrico Público, através da exploração das infraestruturas das redes de distribuição, em AT, MT, e BT, em regime de serviço público, nos termos da Lei Geral de Electricidade e seus Regulamentos.

De acordo com a recomendação do Plano Geral de Contabilidade, são apresentados a seguir, as notas elaboradas para as rubricas que constituem 10% do total do activo e 5% do total dos proveitos operacionais. As notas respeitam a numeração sequencial do Plano Geral de Contabilidade.

As notas cuja numeração se encontram ausentes deste anexo, não são aplicáveis à Empresa, ou a sua numeração não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras.

2. POLÍTICAS CONTABILISTICAS ADOPTADAS NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e definidos no Plano Geral de Contabilidade aprovado pelo Decreto n.º 82/01 de 16 de Novembro.

Deste modo, foram preparadas na base da continuidade das operações e do acréscimo, em obediência aos princípios da consistência, materialidade, não compensação de saldos e comparabilidade, respeitando as características de relevância e fiabilidade.

Não foram feitas derrogações às disposições do PGC, excepto no que concerne ao tratamento contabilístico, conferido à valorização das Obrigações do Tesouro (vide nota 2.2.1.c). A empresa entende que esta derrogação é justificada pelo facto da sua adopção ser considerada necessária para que as demonstrações financeiras apresentem uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e dos resultados das suas operações.

2.2 Bases de Valorimetria Adoptadas na Preparação das Demonstrações Financeiras

A base de valorimetria global adoptada seguiu o custo histórico, pelo qual os Activos são registados, pela quantia de dinheiro (e seus equivalentes), paga ou a pagar, no momento de aquisição. Os Passivos são registados pela quantia dos produtos recebidos em troca da obrigação ou, em algumas circunstâncias pelas quantias em dinheiro que se espera que sejam pagas para satisfazer o passivo, no decurso normal do negócio.

As transacções em moeda estrangeira são valorizadas na moeda de relato determinada pela aplicação, à quantia de moeda estrangeira, da taxa de câmbio entre moeda estrangeira e a moeda de relato à data da transacção. A moeda de relato é o Kwanza, abreviadamente designado por AKZ.

Na data de relato, os saldos em moeda estrangeira são valorizados da seguinte forma:

- Pelo valor histórico (valor do reconhecimento inicial), no caso de activos e passivos não monetários, aos quais, na data do reconhecimento inicial, tenha sido atribuído um justo valor em moeda estrangeira;
- Pela taxa de fecho determinada pela aplicação, à quantia da moeda estrangeira, da taxa de câmbio à data de fecho entre a moeda estrangeira e a moeda de relato, no caso de activos e passivos monetários cujo câmbio não esteja previamente fixado.

2.2.1 Critérios de Reconhecimento e Bases de Valorimetria Específicas

a) Imobilizações Corpóreas

Os critérios utilizados para o reconhecimento das Imobilizações Corpóreas são nomeadamente os que satisfazem as condições gerais para o seu reconhecimento como activos, detidos com continuidade ou permanência na actividade da Empresa, com uma vida útil técnico-económica superior a um ano.

As bases de valorimetria específicas das imobilizações corpóreas usadas na Empresa, basearam-se no custo de aquisição, acrescidos dos gastos suportados directa ou indirectamente para colocar o bem em condições de utilização e durante o período em que se encontra em curso. Foram ainda acrescidos, outros custos, relacionados com encargos de melhoramento e de reparação dos bens, quando os mesmos prolongam a vida útil dos bens.

O método de depreciação utilizado é o método das quotas constantes por duodécimos. As taxas de depreciação utilizadas para os bens, foram as permitidas pela legislação fiscal em vigor, aplicável para cada categoria de bens e consideradas economicamente adequadas. As taxas de depreciação mais utilizadas por categoria de bens foram as seguintes:

Descrição	%
Edifícios e Outras Construções	2,00 à 10,00
Equipamento Básico	4,00 à 12,50
Equipamento de Carga e Transporte	8,33 à 33,33
Equipamento Administrativo	10,00 à 33,33
Outras Imobilizações Corpóreas	7,14 à 25,00
Taras e Vasilhame	7,14 à 33,33

b) Imobilizações Incorpóreas

As imobilizações incorpóreas estão registadas ao custo de aquisição histórico. As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes por duodécimos, de acordo com as seguintes taxas de amortização:

Descrição	%
Despesas de Constituição	33,33
Propriedade Industrial e outros direitos	1,67
Outras Imobilizações Incorpóreas	10,00 a 33,33

c) Outros Activos Financeiros

As participações de capital em outras empresas são valorizadas ao custo histórico de aquisição deduzido das provisões necessárias para o reduzir ao seu valor estimado de realização. Os rendimentos resultantes dos investimentos financeiros, nomeadamente lucros ou dividendos, são reconhecidos na demonstração de resultados do exercício em que é decidida ou anunciada a sua distribuição.

Os outros activos financeiros, que incorporam o valor das Obrigações de Tesouro adquiridas, encontram-se registados ao custo de reconhecimento inicial, líquido das correspondentes provisões ou amortizações destinadas a garantir que o custo não excede o valor de realização.

As Obrigações do Tesouro indexadas ao dólar americano são convertidas para Kwanzas à taxa de câmbio de fecho, sendo os correspondentes efeitos registados na demonstração de resultados na rubrica de resultados financeiros.

d) Existências

As Existências são valorizadas ao seu custo de aquisição/produção ou valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O custo de aquisição (matérias primas, subsidiárias e de consumo) inclui o preço de compra e os correspondentes direitos de importação e custos de transporte necessários à colocação das referidas existências em condição de uso.

O método de custeio das saídas utilizado é o custo médio.

A rubrica de materiais em trânsito, compreende as existências cuja responsabilidade tenha na data de balanço, sido transferida para a Empresa, apesar de nessa data tais existências ainda não se encontrarem nas suas instalações.

Nas situações em que o valor estimado de realização é inferior ao custo de aquisição é registada uma provisão para depreciação de existências, de forma a reflectir o seu valor realizável.

e) Contas a Receber

As Contas a receber são valorizadas ao custo histórico deduzidos de eventuais provisões.

As provisões para cobranças duvidosas são registadas com base na estimativa e avaliação das perdas associadas aos créditos de cobrança duvidosa, na data do balanço, para que reflectam o seu valor realizável líquido. Para o efeito, e salvo situações específicas, todos os saldos com antiguidade superior a 360 dias são sujeitos a reconhecimento de uma provisão para cobranças duvidosas.

Nas circunstâncias aplicáveis a Empresa reconhece ainda, em resultados financeiros, os efeitos relativos à determinação do valor presente da dívida de clientes, ou seja, os activos são registados pelo valor descontado dos fluxos de caixa futuros.

f) Disponibilidades

A rubrica Disponibilidades, compreende os valores em caixa e todos os saldos em bancos que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

g) Aplicação de Resultados

De acordo com o artigo 36º dos Estatutos, os lucros da ENDE, depois de pagos os impostos, devem ser aplicados em conformidade com o seguinte:

- Constituição da reserva legal;
- Fundo de investimentos;
- Fundo social;
- Entrega ao Estado da parte dos dividendos que lhe cabe como proprietário da empresa;
- Distribuição de estímulos individuais aos trabalhadores, incluindo aos membros dos órgãos de gestão, a título de comparticipação nos lucros, nos termos da legislação em vigor.

Ao Titular do Poder Executivo ou a quem delegar aprovar a afectação da parte dos lucros, bem como a criação de outras reservas e fundos que se repute necessários à empresa.

h) Provisões para Outros Riscos e Encargos

As provisões são registadas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. O montante das provisões registadas consiste na melhor estimativa, na data das demonstrações financeiras, dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados a cada obrigação.

i) Responsabilidades com Pensões

Na sua data de constituição, a ENDE integrou 3.500 trabalhadores provenientes do segmento de distribuição da extinta ENE, onde 1.200 são contribuintes de um fundo de pensões em função de obrigações pecuniárias a título de complemento de pensões de reforma, o qual configura um plano de benefício definido. Este fundo de pensões dos

trabalhadores da ENE – EP, foi constituído com base no Despacho nº 157/08 de 17 de Abril, sob a forma de fundo fechado, e constitui uma entidade sem fins lucrativos.

Relativamente aos trabalhadores da extinta EDEL, a Empresa assumiu o compromisso de conceder a alguns dos seus empregados prestações pecuniárias a título de complementos de pensões de reforma, os quais configuram um plano de benefícios definidos, não tendo ainda sido constituído para o efeito um fundo de pensões autónomo.

As responsabilidades por pensões assumidas pelas extintas empresa foram incorporadas no balanço da ENDE, as quais não são objecto de revisão numa base anual, nomeadamente através do cálculo, na data de fecho de contas, por peritos independentes, das responsabilidades do plano(s) com com base no Método da Unidade de Crédito Projectada.

j) Empréstimos bancários

Os empréstimos são reconhecidos pelo valor nominal, na moeda de contratação do financiamento, sendo os passivos denominados em moeda estrangeira actualizados cambialmente, à data de fecho, para a moeda de relato.

São incluídos nos passivos correntes, excepto quando se tratam de passivos com maturidades superiores a 12 meses após a data do Balanço, sendo nesse caso classificados como passivos não correntes.

Os gastos com financiamento, nomeadamente os juros, são reconhecidos na demonstração de resultados do período a que respeitam.

k) Contas a Pagar

As Contas a Pagar foram valorizadas ao custo histórico, tendo sido corrigido o valor do registo inicial para reflectir as diferenças de câmbio não realizadas, determinadas pela aplicação da taxa de câmbio à data do fecho, para as quantias denominadas em Moeda Estrangeira em dívida na data de relato.

l) Especialização entre Exercícios

Os Proveitos e Custos relativos a receitas e despesas, são registados de acordo com o princípio do acréscimo ou da especialização de exercício, pelo qual são reconhecidos na medida em que são gerados, independentemente do momento em que sejam recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as

correspondentes receitas e despesas são registados nas rubricas de Outros activos e passivos correntes (Notas 11 e 21).

m) Saldos e Transacções Expressos em Moeda Estrangeira

As transacções em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional e de relato que é o Kwanza) são registadas às taxas de câmbio das datas das transacções.

Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são actualizadas às taxas de câmbio dessa data. As quantias escrituradas dos itens não monetários registados ao custo histórico denominados em moeda estrangeira não são actualizadas.

As diferenças de câmbio apuradas na data de recebimento ou pagamento das transacções em moeda estrangeira e as resultantes das actualizações atrás referidas são registadas na demonstração dos resultados do período em que são geradas.

Em 31 de Dezembro de 2020, as taxas de câmbio utilizadas para actualização das quantias em moeda estrangeira as quais não divergem significativamente das publicadas pelo Banco Nacional de Angola, foram as seguintes:

- 1 USD 659,34 AKZ
- 1 EUR 810,40 AKZ

n) Vendas

As Vendas da Empresa estão essencialmente relacionadas com a venda de energia eléctrica.

O crédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber, líquida de impostos sobre o valor acrescentado, devoluções, descontos e outros abatimentos, assim como de provisões de cobrança duvidosa e actualização financeira da dívida de clientes.

O crédito é reconhecido quando estão satisfeitas todas as seguintes condições:

- Tenham sido transferidos para o comprador os riscos e recompensas significativos da propriedade dos bens;
- Não haja retenção de envolvimento de gestão continuado (com um grau geralmente associado com a propriedade), nem o controlo efectivo dos bens vendidos;

- Os custos incorridos ou a incorrer referentes à transação possam ser fiavelmente medidos.

Na modalidade de venda de energia em regime pós-pago, o reconhecimento do rédito é efectuado atendendo: (i) vendas de energia facturadas com base em contagens reais de consumo e/ou em consumos estimados baseados nos dados históricos de cada consumidor; e (ii) estimativas de energia fornecida e não facturada (energia em contadores). As diferenças entre os valores estimados e os reais são registadas nos períodos subsequentes.

As actividades de distribuição e comercialização de energia são sujeitas a regulação por parte do Instituto Regulador dos Serviços de Electricidade e de Água (IRSEA), o qual determina, mediante aprovação do Titula do Poder Executivo, as tarifas a serem praticadas pela Empresa. As tarifas estão sujeitas a ajustamentos anuais decrescentes em termos reais, com base em fórmulas de ajuste automático fixadas e controladas pelas autoridades competentes.

o) Prestações de Serviços

As Prestações de Serviços são mensuradas pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O proveito reconhecido é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui impostos liquidados relacionados com as Prestações de Serviços.

O rédito proveniente da Prestação de Serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transacção/serviço à data das demonstrações financeiras, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante de rédito possa ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transacção fluam para a Empresa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transacção possam ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transacção/serviço à data de relato possa ser mensurado com fiabilidade.

p) Subsídios

Os subsídios apenas são reconhecidos após existir segurança de que:

- A Empresa cumpre as condições a ele associadas;
- Os subsídios serão efectivamente recebidos.

O proveito proveniente de subsídios é reconhecido durante os períodos necessários para os balancear com os custos relacionados que se pretende que eles compensem, numa base sistemática.

Os subsídios que:

- Se destinem a investimentos em activos não amortizáveis;
- Revestem a forma de uma doação de um activo não amortizável;
- Se destinam a dar imediato apoio financeiro à Empresa sem qualquer custos actuais ou futuros relacionados.

São reconhecidos na sua totalidade no exercício em que preenchem as condições de reconhecimento.

Os principais subsídios obtidos pela Empresa são os seguintes:

- Subsídio à Preço: visam complementar a Empresa pelo facto dos preços de venda de electricidade serem fixados pelo Estado e, por este motivo, são reconhecidos na rubrica de Vendas;
- Subsídio ao Investimento: subsídios concedidos a fundo perdido e destinados a financiar a aquisição de investimentos estratégicos.

O Subsídio a Preço é calculado de acordo com a metodologia definida e sob supervisão e acompanhamento do Instituto Regulador do Sector Eléctrico e Águas e do anterior Instituto de Preços e Concorrência (IPREC), substituído pelo Instituto de Gestão de Activos e Participações do Estado (IGAPE), tendo a sua atribuição sido suspensa em Julho de 2019.

q) Custos com pessoal

Os saldos de custos com pessoal respeitam aos vencimentos e demais encargos com colaboradores ao serviço da ENDE. Adicionalmente, são reconhecidos como custos com pessoal os custos relacionados com transporte de pessoal, pagamento de pensões a reformados e outros tais como formação ou ajudas de custos e saúde.

Os custos com pessoal são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização do exercício e são cumpridas, pela Empresa, todas as obrigações legais relacionadas com os seus colaboradores.

r) Juros

O rédito que diz respeito aos Juros, foi reconhecido através de operações financeiras, relacionadas com aplicação de valores e na base da especialização dos exercícios.

s) Impostos

A Empresa encontra-se sujeita aos seguintes impostos numa base recorrente:

Segurança social: Esta contribuição corresponde a 11% das remunerações dos empregados, sendo 3% da responsabilidade do empregado;

Imposto sobre os rendimentos do trabalho (IRT): este imposto é retido pela Empresa no momento do processamento dos ordenados dos trabalhadores, sendo calculado com base nas remunerações destes, cuja taxa obedece aos escalões previstos na tabela oficial de IRT publicada na Lei n.º 28/9, de 25 de Setembro, a qual foi alterada durante o exercício de 2020 pela Lei n.º 28/20, de 22 de Julho.;

Imposto de selo: este imposto é liquidado mensalmente, correspondendo a 1% sobre os proveitos gerados decorrentes das receitas obtidas, sendo liquidado no momento do recebimento. Com a entrada em vigor do IVA, os proveitos gerados após 1 de Outubro de 2019 não estarão sujeitos a este imposto.;

Imposto sobre o valor acrescentado: A lei n.º 7/19, aprova o código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, revogando o regulamento do Imposto de Consumo e Imposto de Selo. Esta Lei, que entrou em vigor a 1 de Outubro de 2019, estabelece que as transmissões de bens e prestações de serviços, bem como as importações efectuadas por sujeitos passivos do imposto são sujeitas a uma taxa normal de IVA de 14%. O apuramento do IVA devido ao Estado resulta da diferença entre o IVA liquidado nas operações realizadas e o IVA dedutível pago nas correspondentes aquisições e/ou importações e é efectuado, numa base mensal, através da submissão da Declaração Periódica de IVA (Modelo 7). Só poderá deduzir-se o IVA constante de uma factura emitida nos termos legais e em função da correspondente capacidade de dedução do sujeito passivo e atentas as limitações previstas no Código do IVA.

Imposto sobre a aplicação de capitais (IAC): O Diploma Legislativo n.º 2/14, de 20 de Outubro, estabelece a incidência sobre os rendimentos provenientes da simples aplicação de capitais, sendo devida pelos titulares dos respectivos rendimentos sem prejuízo da sua exigência a outras entidades. A determinação da matéria colectável varia mediante o tipo de rendimento em causa, tal como a taxa aplicável.

Imposto predial urbano (IPU): A Lei n.º 18/11, de 21 de Abril (que vem substituir o anterior Código do Imposto Predial) estabelece que o pagamento de imposto predial urbano sobre rendimentos de imóveis após 31 de Maio de 2011, opera por retenção na fonte à taxa de 15%, caso o senhorio não esteja isento. Adicionalmente, os rendimentos com a actividade de arrendamento deixam de ser tributados em sede de Imposto Industrial, estando agora abrangidos por esta lei, sendo o imposto calculado com base no proveito com rendas contabilizadas e utilizando-se uma taxa de 15%. Esta Lei foi igualmente alterada em 2020, pela Lei n.º 18/20, de 27 de Julho, no entanto a taxa de retenção na fonte permaneceu nos 15% sobre o valor do pagamento de rendas.

Imposto industrial: A Empresa encontra-se sujeita a tributação de Imposto Industrial (Grupo A). O imposto é calculado com base no lucro tributável (resultado contabilístico corrigido para efeitos fiscais) utilizando uma taxa nominal de 25%, ajustado por prejuízos acumulados se os houver, ao abrigo da Lei n.º 26/20, de 20 de Julho.

Adicionalmente, a Lei n.º 19/14, de 22 de Outubro, estabelece o regime tributário de liquidação e pagamentos provisórios antecipado em sede de Imposto Industrial, relativamente às vendas (2% das vendas do primeiro semestre) e às prestações de serviços (à taxa de 6,5%), operando por retenção na fonte. Em 2020 foi publicada a Lei n.º 26/20, de 20 de julho, que altera o Código do II, aprovado pela Lei n.º 19/14, de 22 de outubro, sendo que a taxa de retenção na fonte para as prestações de serviços de fornecedores estrangeiros alterou para 15%.

De acordo com a legislação em vigor na República de Angola, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de cinco anos. No entanto, a Lei n.º 42/20, de 31 de Dezembro, a qual aprova o Orçamento Geral do Estado para 2021, prevê o alargamento do prazo de caducidade de obrigações tributárias referentes ao exercício de 2015, excepcionalmente, até 31 de Dezembro de 2021. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa referentes aos anos de 2015 a 2020 poderão ainda vir a ser sujeitas a revisão.

A Empresa entende que as correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2020.

t) Uso de Estimativas

A preparação das Demonstrações Financeiras exige que a gestão da Empresa efectue julgamentos e estimativas que afectam os montantes de proveitos, custos, activos, passivos e divulgações a data de balanço. As principais estimativas dizem respeito:

- (i) Vida útil das imobilizações;
- (ii) Provisões para cobrança duvidosa e actualização financeira;
- (iii) Provisões para outros riscos e encargos;
- (iv) Acréscimo de proveitos relacionado com venda de energia não facturada;
- (v) Responsabilidades com benefícios de reforma.

Estas estimativas são determinadas pelo juízo de gestão da Empresa baseado:

- Na melhor informação e conhecimento de eventos presentes;
- Nas acções que a Empresa considera poder vir a desenvolver no futuro.

Todavia na data de desfecho das operações, os resultados das mesmas poderão ser diferentes destas estimativas.

u) Erros Fundamentais

Os erros fundamentais são aqueles cujo efeito nas demonstrações financeiras de períodos anteriores determinam que as mesmas não possam ser consideradas como fiáveis à data da sua emissão. A correcção de erros fundamentais identificados nas Demonstrações Financeiras de um ou mais períodos anteriores é efectuada nas Demonstrações financeiras do período corrente nos resultados transitados.

2.3 Alterações nas políticas contabilísticas

Conforme divulgado na política contabilística relativa ao reconhecimento do rédito (2.2.1 n)), com efeitos a 01 de Janeiro de 2020, a apresentação, na demonstração de resultados, das “Vendas” do período encontram-se líquidas dos ajustamentos relacionados com o reconhecimento de provisões para cobrança duvidosa e actualização cambiais, cujos montantes, em 31 de Dezembro de 2019, estavam evidenciados nas rubricas de “Resultados Não Operacionais” e “Resultados Financeiros”, respectivamente.

Adicionalmente, em 31 de Dezembro de 2019, o subsídio ao investimento encontrava-se evidenciado no passivo não corrente, sendo que a sua apresentação, e 31 de Dezembro de 2020, foi revista e detalhada entre passivo não corrente e contas a pagar.

Assim, e para efeitos de assegurar a comparabilidade, a Empresa alterou a apresentação dos comparativos relativos ao exercício de 31 de Dezembro de 2019, cujas reclassificações não afectam o resultado líquido do exercício aprovado pelo Accionista.

**ENDE, EP. – EMPRESA NACIONAL DE DISTRIBUIÇÃO DE
ELECTRICIDADE**
Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em 31-12-20

O quadro abaixo, resume os efeitos da reclassificação nos valores comparativos:

Rubrica	31 de Dezembro 2019 Kwanzas	31 de Dezembro 2019 Kwanzas (Reexpresso)
Vendas	123 204 120 523,02	92 161 589 381,70
Resultados não operacionais	-25 269 226 503,85	-4 024 736 262,51
Resultados financeiros	-7 982 837 451,90	1 815 203 448,08
Outros Passivos não correntes	0,00	271 484 338 285,38
Contas a pagar	392 730 182 186,91	399 543 897 547,91
Outros passivos correntes	291 517 180 776,69	13 219 127 130,31

**ENDE, EP. – EMPRESA NACIONAL DE DISTRIBUIÇÃO DE
ELECTRICIDADE**
Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em 31-12-20

Balanço em 31-12-20 e 31-12-19 (valores expressos em Kwanzas)

Designação	Notas	Exercício			
		31/12/2020	AV %	31/12/2019	AH %
ACTIVO					
ACTIVO NÃO CORRENTE					
Imobilizações Corpóreas	4	445 669 782 498,66	92	436 119 372 649,03	2
Imobilizações Incorpóreas	5	12 620 512 360,28	3	13 253 557 320,51	-5
Outros Activos Financeiros	7	27 720 841 610,75	6	29 785 681 092,67	-7
Outros Activos Não Correntes	9	0,00	0	12 526 457 474,52	-100
TOTAL DO ACTIVO NÃO CORRENTE		486 011 136 469,69	60	491 685 068 536,73	-1
ACTIVO CORRENTE					
Existências	8	6 250 951 796,36	2	6 063 926 847,54	3
Contas a Receber	9	300 598 624 353,34	93	368 155 598 092,55	-18
Disponibilidades	10	11 348 547 232,42	4	10 382 653 771,44	9
Outros Activos Correntes	11	5 330 765 387,94	2	3 948 348 038,68	35
TOTAL DO ACTIVO CORRENTE		323 528 888 770,06	40	388 550 526 750,21	-17
TOTAL DO ACTIVO		809 540 025 240,62	100	880 235 595 286,94	
CAPITAL PRÓPRIO					
CAPITAL					
Capital	12	284 194 597 967,27	399	284 194 597 967,27	0
Reservas	13	0,00	0	0,00	
Resultados Transitados	14	-103 541 920 587,11	-145	-48 837 431 050,64	112
Resultados do Período		-109 360 847 860,58	-153	-54 704 489 044,43	100
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		71 291 829 519,58	9	180 652 677 872,20	-61
PASSIVO NÃO CORRENTE					
Empréstimos de Médio e Longo Prazo	15	150 000 006,00	0	250 000 002,00	-40
Provisões Para Pensões	17	9 691 271 881,32	3	9 416 453 200,61	3
Provisões Para Outros Riscos e Encargos	18	9 903 227 063,60	3	4 169 101 248,53	138
Outros Passivos não Correntes	19	310 904 110 061,33	94	271 484 338 285,38	15
TOTAL DO PASSIVO NÃO CORRENTE		330 648 609 012,25	41	285 319 892 736,52	16
PASSIVO CORRENTE					
Contas a Pagar	19	395 473 752 803,15	97	399 543 897 547,91	-1
Empréstimos de Curto Prazo	15	1 500 000 000,00	0	1 500 000 000,00	0
Outros Passivos Correntes	21	10 625 833 905,63	3	13 219 127 130,31	-20
TOTAL DO PASSIVO CORRENTE		407 599 586 708,78	50	414 263 024 678,22	-2
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		809 540 025 240,62	100	880 235 595 286,94	-8

As notas anexas fazem parte do Balanço em 31 de Dezembro de 2020

O Presidente do Conselho de Administração

Hélder De Jesus Garcia Adão

O Técnico de Contas

Manuel José Neto

(N.º da Ordem 20180006)

**ENDE, EP. – EMPRESA NACIONAL DE DISTRIBUIÇÃO DE
ELECTRICIDADE**
Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em 31-12-20

**Demonstração de Resultados por Naturezas para os exercícios findos em 31-12-2020
e 31-12-19 (valores expressos em Kwanzas)**

Designação	Notas	Exercício			
		31/12/2020	AV %	31/12/2019	AH %
PROVEITOS OPERACIONAIS					
Vendas	22	51 640 045 243,27	68	92 161 589 381,83	-44
Prestações de serviços	23	10 337 223 212,40	14	8 745 837 888,28	18
Outros proveitos operacionais	24	14 263 940 710,47	19	6 874 579 665,10	107
TOTAL		76 241 209 166,14	100	107 782 006 935,21	82
CUSTOS OPERACIONAIS					
Custos das mercadorias vendidas e das matérias primas e subsidiárias consumidas	27	102 071 553 298,20	59	102 138 082 999,21	0
Custos com o pessoal	28	28 647 799 890,36	17	25 473 004 401,49	12
Amortizações	29	23 456 963 550,18	14	16 735 643 830,87	40
Outros custos e perdas operacionais	30	17 943 552 252,68	10	15 934 761 037,16	13
TOTAL		172 119 868 991,42	100	160 281 492 268,73	65
RESULTADOS OPERACIONAIS		-95 878 659 825,28		-52 499 485 333,52	
RESULTADOS FINANCEIROS					
RESULTADOS DE FILIAIS E ASSOCIADOS	31	-11 359 752 278,84		1 815 203 448,08	
RESULTADOS NÃO OPERACIONAIS		0,00		0,00	
RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS	33	-2 123 242 864,96		-4 024 736 262,64	
Imposto sobre o rendimento	35	-109 361 654 969,08		-54 709 018 148,08	
		0,00		0,00	
		-109 361 654 969,08		-54 709 018 148,08	
RESULTADOS LIQUÍDOS DAS ACTIVIDADES CORRENTES					
		-109 361 654 969,08		-54 709 018 148,08	
RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS	34	807 108,50		4 557 703,65	
Imposto sobre o rendimento	35	0,00		0,00	
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		-109 360 847 860,58		-54 704 460 444,43	

As notas anexas fazem parte da Demonstração de Resultados para exercício findo em 31-12-2020.

O Presidente do Conselho de Administração

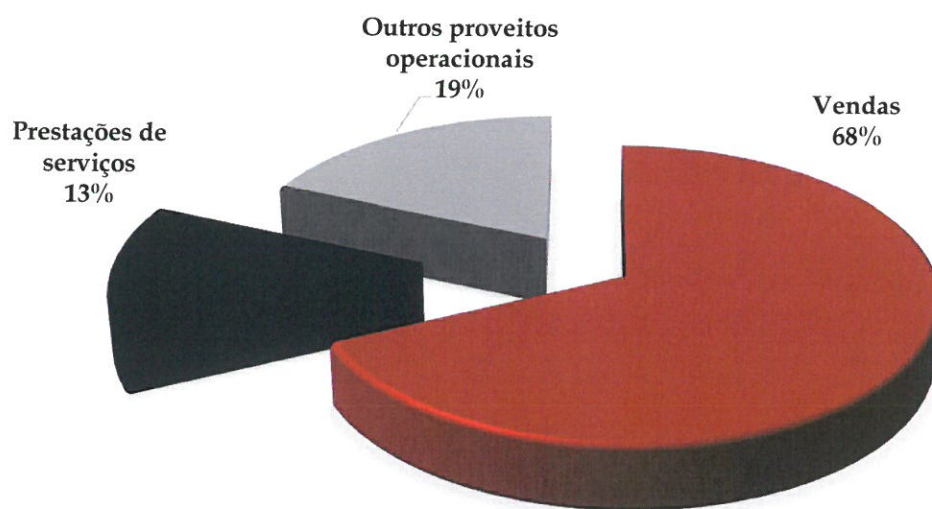
Hélder De Jesus Garcia Adão

O Técnico de Contas

Manuel José Neto

(N.º da Ordem 20180006)

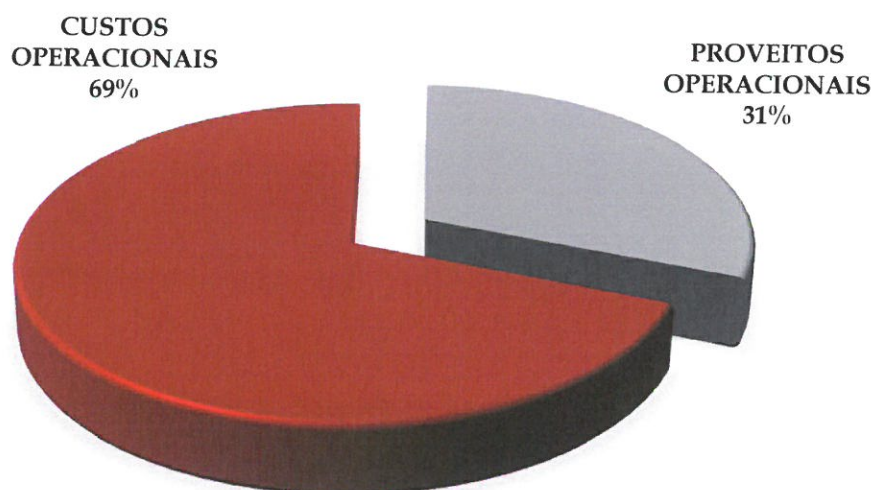
PROVEITOS OPERACIONAIS



CUSTOS OPERACIONAIS



RESULTADOS OPERACIONAIS



**ENDE, EP. – EMPRESA NACIONAL DE DISTRIBUIÇÃO DE
ELECTRICIDADE**
Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em 31-12-20

Demonstração de Fluxos de Caixa para o período findo em 31-12-2020 e 31-12-19,
(valores expressos em Kwanzas) (Método Directo).

Cód.	Designação	Exercício		Variação
		31/12/2020	31/12/2019	
	FLUXO DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS			
111	Recebimentos (de caixa) de Clientes	85 339 417 121,44	58 904 827 385,04	45
112	Pagamentos (de caixa) a Fornecedores	-69 279 441 016,98	-99 075 209 632,87	-30
113	Pagamento ao Pessoal	-24 886 473 100,06	-20 173 931 541,73	23
11	Caixa Gerada pelas Operações	-8 826 496 995,60	-60 344 313 789,56	-85
13	Pagamentos de Impostos Sobre Lucros	-323 922 986,50	-404 858 383,27	-20
14	Fluxos de Caixa Antes das Rubricas Outras Act. Operacionais	-3 735 643 754,39	-3 998 931 118,26	-7
141	Outros Recebimentos Relativos a Actividade Operacional	2 633 202 242,89	9 608 562 557,05	-73
142	Outros Pagamentos Relativos a Actividade Operacional	-6 368 845 997,28	-13 607 493 675,31	-53
15	Fluxo de Caixa Antes das Rubricas Extraordinárias	807 108,50	-481 046 729,43	-100
151	Recebimentos Relacionados com Rubricas Extraordinárias	2 603 500,00	1 006 886 789,75	-100
152	Pagamentos Relacionados com Rubricas Extraordinárias	-1 796 391,50	-1 487 933 519,18	-100
1	Caixa Líquida Provenientes de Actividades Operacionais	-12 885 256 627,99	-65 229 150 020,52	-80
	FLUXO DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
21	Recebimentos Provenientes de:	13 631 379 161,24	7 663 787 667,76	78
211	Imobilizações Corpóreas	6 477 643,15	26 900 081,69	-76
213	Investimentos Financeiros	11 245 594 631,35	5 797 603 678,32	94
215	Juros e Proveitos Similares	2 379 306 886,74	1 839 283 907,75	29
22	Pagamentos Respeitantes a:	-1 126 704 817,67	-706 099 824,33	60
221	Imobilizações Corpóreas	-1 126 704 817,67	-706 099 824,33	60
2	Caixa Líquida usada nas Actividades de Investimento	12 504 674 343,57	6 957 687 843,43	80
	FLUXO DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
31	Recebimentos Provenientes de:	0,00	67 795 673 712,40	-100
313	Empréstimos Obtidos	0,00	300 000 000,00	-100
314	Subsídios a Exploração e Dotações	0,00	67 495 673 712,40	-100
32	Pagamentos Respeitantes a:	-585 311 176,56	-3 495 588 257,89	-83
327	Empréstimos Obtidos	-99 999 996,00	-2 249 999 998,00	-96
328	Juros e Custos Similares	-485 311 180,56	-1 245 588 259,89	-61
3	Caixa Líquida usada nas Actividades de Financiamento	-585 311 176,56	64 300 085 454,51	-101
	Aumento Líquido da Caixa e Seus Equivalentes	965 893 460,98	6 028 623 769,46	-84
	Caixa e Seus Equivalentes no Início do Exercício	10 382 653 771,44	4 354 030 001,98	138
	Efeito da incorporação dos saldos de caixa e seus equivalentes da extintas ENE e EDEL		0,00	0
	Caixa e Seus Equivalentes no Fim do Exercício	11 348 547 232,42	10 382 653 771,44	9,3

As notas anexas fazem parte da demonstração de fluxos de caixa para o exercício findo em 31-12-2020.

O Presidente do Conselho de Administração

Hélder De Jesus Garcia Adão



O Técnico de Contas

Manuel José Neto
(N.º da Ordem 20180006)

NOTAS AO BALANÇO₃



ENDE, EP. – EMPRESA DE DISTRIBUIÇÃO DE ELECTRICIDADE
Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em 31-12-20

NOTAS AO BALANÇO

4. Imobilizado Corpóreo
4.1 Composição

Em 31 de Dezembro de 2020 e 31 de Dezembro de 2019, a composição do imobilizado corpóreo era como segue:

Rubricas	31/12/2020			31/12/2019		
	Valor bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido	Valor bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
Terrenos e recursos naturais	2 860 000,00	0,00	2 860 000,00	2 860 000,00	0,00	2 860 000,00
Edifícios e outras construções	10 094 705 362,18	1 666 351 675,16	8 428 353 687,02	10 079 565 362,18	1 454 318 173,55	8 625 247 188,63
Equipamentos básicos	454 114 877 165,36	73 248 187 954,08	380 866 689 211,28	406 514 174 042,24	53 521 757 774,48	352 992 416 267,76
Equipamento de transporte	7 859 506 305,20	4 627 220 990,10	3 232 285 315,10	6 366 112 262,19	3 215 329 069,52	3 150 783 192,67
Equipamento administrativo	3 120 423 156,02	2 198 591 157,57	921 831 998,45	2 887 778 799,96	1 746 408 340,53	1 141 370 459,43
Taras e vasilhames	41 658 588,35	28 850 965,59	12 807 622,76	41 031 928,35	25 648 691,25	15 383 237,10
Outras imobilizações corpóreas	1 299 742 851,63	853 743 962,63	445 998 889,00	1 098 275 326,80	727 213 240,04	371 062 086,76
Imobilizado em curso	51 758 955 775,05	0,00	51 758 955 775,05	69 820 250 216,58	0,00	69 820 250 216,58
Total	528 292 729 203,79	82 622 946 705,13	445 669 782 498,66	496 810 047 938,30	60 690 675 289,37	436 119 372 648,93

4.3. Movimentos ocorridos durante o Exercício, no Valor Bruto

No decurso do exercício findo em 31 de Dezembro de 2020, o movimento do valor bruto das imobilizações corpóreas foi como segue:

Rubrica	Saldo inicial	Aumentos	Baixas	Transferências	Regularizações	Saldo final
Terrenos e recursos naturais	2 860 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2 860 000,00
Edifícios e outras construções	10 079 565 362,18	15 140 000,00	0,00	0,00	0,00	10 094 705 362,18
Equipamento básico	406 514 174 042,24	101 104 272 744,86	0,00	54 410 464 094,15	-107 914 033 715,89	454 114 877 165,36
Equipamento de transporte	6 366 112 262,19	1 532 763 362,01	-39 369 319,00	0,00	0,00	7 859 506 305,20
Equipamento administrativo	2 887 778 799,96	232 644 356,06	0,00	0,00	0,00	3 120 423 156,02
Taras e vasilhame	41 031 928,35	626 660,00	0,00	0,00	0,00	41 658 588,35
Outras imobilizações corpóreas	1 098 275 326,80	201 767 524,83	-300 000,00	0,00	0,00	1 299 742 851,63
Imobilizado em curso	69 820 250 216,58	36 349 169 652,52	0,00	-54 410 464 094,15	0,00	51 758 955 774,95
Total	496 810 047 938,30	139 436 384 300,29	-39 669 319,00	0,00	-107 914 033 715,89	528 292 729 203,69

As principais aquisições registadas no exercício respeitam a projectos de construção de redes de distribuição (AKZ 95 748 035 387), projecto de centrais térmicas de geração (AKZ 16 115 126 867) e projecto de execução, fornecimento e montagem de equipamentos na rede eléctrica de Benguela (AKZ 13 505 045 952).

O montante líquido das transferências registadas na rubrica de imobilizações corpóreas, no decurso do exercício, corresponde essencialmente ao projecto de electrificação e ligações domiciliárias nas províncias de Cabinda, Benguela, Huambo e Luanda.

As regularizações registadas respeitam a correcções efectuadas no presente exercício relativas aumentos de imobilizado registados em 2019 e respeitantes ao projecto de electrificação e ligações domiciliárias nas províncias de Cabinda, Benguela, Huambo e Luanda.

A Empresa iniciou, em exercícios anteriores, um processo de inventariação e valorização de activos imobilizados adquiridos até 31 de Dezembro de 2018, cujo valor líquido contabilístico, à data de balanço, ascende a AKZ 100 819 235 299,00. Para o efeito, a Empresa contratou um perito independente, cujas actividades inerentes ao referido processo encontram-se temporariamente suspensas, não existindo por tal, a 31 de Dezembro de 2020, informação sobre os eventuais impactos da referida avaliação nos registos contabilísticos da Empresa.

4.4 Movimentos ocorridos durante o Exercício, nas Amortizações Acumuladas no Imobilizado Corpóreo

No decurso do exercício findo em 31 de Dezembro de 2020, o movimento das amortizações acumuladas das imobilizações corpóreas foi como segue:

Rubrica	Saldo inicial	Aumentos	Baixas	Transferências	Regularizações	Saldo final
Edifícios e outras construções	1 454 318 173,55	212 033 501,61	0,00	0,00	0,00	1 666 351 675,16
Equipamento básico	53 521 757 774,48	20 578 248 650,13	0,00	0,00	-851 808 822,94	73 248 187 954,08
Equipamento de transporte	3 215 329 069,52	1 451 855 339,58	-39 369 319,00	0,00	0,00	4 627 220 990,10
Equipamento administrativo	1 746 408 340,53	452 079 473,50	0,00	0,00	0,00	2 198 591 157,57
Taras e vasilhame	25 648 691,25	3 202 274,34	0,00	0,00	0,00	28 850 965,59
Outras imobilizações corpóreas	727 213 240,04	126 059 350,79	-29 032,26	0,00	0,00	853 743 962,63
Total	60 690 675 289,37	22 823 478 589,95	-39 398 351,26	0,00	-851 808 822,94	82 622 946 705,13

4.8 Imobilizado em Curso

Em 31 de Dezembro de 2020 o detalhe de imobilizado em curso por natureza é como segue:

RUBRICA	31.12.2020	31.12.2019
Edif. Outras Construções, Fundos Próprios	2 050 733 968,61	1 906 310 403,00
Imobilizações Técnicas e Fundos Próprios	12 895 479 151,07	11 566 855 015,64
Imobilizações Técnicas e Financiamento PIP	34 421 941 442,16	8 374 726 947,65
Outros Projectos - Fundos Próprios	2 203 320 351,94	47 460 702 227,28
Outros Projectos Financiados	187 480 861,27	187 480 861,27
TOTAL	51 758 955 775,05	69 496 075 454,84

Os principais investimentos em curso dizem respeito a projectos abrangidos por PIP cujo financiamento é directamente contratualizado pelo MINEA.

5. Imobilizado Incorpóreo

5.1 Composição

Em 31 de Dezembro de 2020 e 31 de Dezembro de 2019, a composição do Imobilizado incorpóreo era como segue:

Rubricas	31/12/2020			31/12/2019		
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido
Outras Imob. incorpóreas	1 416 077 590,15	744 924 114,09	671 153 476,06	1 416 077 590,15	524 406 094,56	891 671 495,59
Despesas de Constituição			0	0	0	0
Prop.Indus.e Contratos	13 832 653 116,24	1 883 294 232,02	11 949 358 884,22	13 832 213 116,24	1 470 327 291,32	12 361 885 824,92
Total	15 248 730 706,39	2 628 218 346,11	12 620 512 360,28	15 248 290 706,39	1 994 733 385,88	13 253 557 320,51

A rubrica Propriedade industrial e outros direitos e contratos, refere-se a direitos de superfície de vários terrenos de que a Empresa é titular.

5.2 Movimentos ocorridos durante o Exercício no Valor Bruto

No decurso do exercício findo em 31 de Dezembro de 2020, houve movimentos no valor bruto das imobilizações incorpóreas como se segue:

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Regularizações	Saldo final
Outras imobilizações incorpóreas	1 416 077 590,15	440 000,00	440 000,00	1 416 077 590,15
Despesas de constituição	0,00	0,00	0,00	0,00
Prop.Indus.e Out.Dir.e Contratos	13 832 213 116,24	440 000,00	0,00	13 832 653 116,24
Total	15 248 290 706,39	880 000,00	440 000,00	15 248 730 706,39

5.3 Movimentos ocorridos durante o Exercício nas Amortizações Acumuladas

No decurso do exercício findo em 31 de Dezembro de 2020, o movimento das amortizações acumuladas das imobilizações incorpóreas foi como segue:

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Regularizações	Saldo final
Outras imobilizações incorpóreas	524 406 094,56	220 518 019,53	0,00	744 924 114,09
Despesas de contituição	0,00	0,00	0,00	0,00
Prop.Indus.e Out.Dir.e Contratos	1 470 327 291,32	412 966 940,70	0,00	1 883 294 232,02
Total	1 994 733 385,88	633 484 960,23	0,00	2 628 218 346,11

7. Outros Activos Financeiros

7.1 Composição

Em 31 de Dezembro de 2020 e 31 de Dezembro de 2019, a composição dos Outros activos financeiros era como segue:

Rubricas	31/12/2020			31/12/2019		
	Valor bruto	amortizações acumuladas	Valor liquido	Valor bruto	amortizações acumuladas	Valor liquido
Participações de Capital						
Socotang e B.Yaz	2 727 483,00	0,00	2 727 483,00	2 727 483,00	0,00	2 727 483,00
Probet	31 767 177,24	31 767 177,24	0,00	31 767 177,24	31 767 177,24	0,00
Westor	8 410 100,00	0,00	8 410 100,00	8 410 100,00	0,00	8 410 100,00
Winterfell Industries Limited	2 167 040 000,00	0,00	2 167 040 000,00	2 167 040 000,00	0,00	2 167 040 000,00
Obrigações			0,00			0,00
Obrigações de Tesouro	25 542 664 027,75	0,00	25 542 664 027,75	27 607 503 509,67	0,00	27 607 503 509,67
Outros Investimentos Financeiros	26 862 041,00	26 862 041,00	0,00	26 862 041,00	0,00	26 862 041,00
Total	27 779 470 828,99	58 629 218,24	27 720 841 610,75	29 844 310 310,91	31 767 177,24	29 812 543 133,67

7.2 Movimentos ocorridos durante o Exercício, no Valor Bruto dos Outros Activos Financeiros

No decurso do exercício findo em 31 de Dezembro de 2020, o movimento no valor bruto dos Outros activos financeiros era como se segue:

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
Participações de Capital				
Socotang e B.Yaz	2 727 483,00			2 727 483,00
Probet	31 767 177,24			31 767 177,24
Westor	8 410 100,00			8 410 100,00
Winterfell Industries Limited	2 167 040 000,00			2 167 040 000,00
Obrigações				0,00
Obrigações de Tesouro	27 607 503 509,67	32 463 027 755,09	34 527 867 237,01	25 542 664 027,75
Outros Investimentos Financeiros	26 862 041,00			26 862 041,00
Total	29 844 310 310,91	32 463 027 755,09	34 527 867 237,01	27 779 470 828,99

Em 2020, não se verificaram quaisquer alterações nos interesses participativos detidos pela ENDE em empresas participadas, sendo de destacar a participação de 16% detida no capital da *Winterfell Industries Limited* (“Winterfell”), cujo custo de aquisição, no montante de 2 167 040 000,00 AKZ, advém do processo de realização do capital da Empresa à data da sua constituição, estando por tal incorporado no valor de capital divulgado na Nota 12.

À data de 31 de Dezembro de 2020, o Conselho de Administração não dispõe de informação financeira actualizada sobre as participações detidas, tendo optado por não reconhecer quaisquer provisões sobre potenciais riscos de realização das mesmas.

Adicionalmente, importa referir que, no âmbito de um financiamento bancário, no valor de EUR 40 000 000,00, concedido à participada Winterfell pelas entidades bancárias Novo Banco, S.A., Caixa Geral de Depósitos, S.A., e Banco Comercial Português, S.A. (“Bancos”), a empresa acusou uma carta emitida pelos Bancos, datada de 09 de Novembro de 2020, através da qual é referido o vencimento antecipado do financiamento por falta de pagamento, cujo valor em dívida, àquela data, ascendia a EUR 26 138 386,67 (inclui juros remuneratórios e juros de mora no montante de EUR 1 138 386,67. Os Bancos, informam ainda que, para efeitos de reembolso do valor em dívida, irão proceder ao preenchimento das livranças emitidas pela Winterfell, as quais, segundo os Bancos, foram avalizadas pela ENDE.

A empresa, em articulação com a Tutela e a Sociedade de Advogados que a representa neste processo, encontra-se a adoptar as necessárias diligências tendentes à clarificação deste assunto e correspondente defesa dos seus interesses.

Não obstante a elevada incerteza e complexidade subjacente a este processo, para efeitos de preparação das presentes demonstrações financeiras, a empresa entendeu não reconhecer quaisquer responsabilidades no balanço relacionadas com esta matéria, na medida em que decorre ainda o processo e de acordo com o posicionamento/parecer dos seus advogados, existem fundamentos para considerar que nada será exigido à ENDE.

Relativamente às Obrigações do Tesouro, o detalhe da carteira de títulos, a 31 de Dezembro de 2020, é conforme segue:

Nº títulos	ISIN	Maturidade	Taxa de Juro	Valor Contabilístico 31/12/2020
384	OF31M22A	01/04/2022	16%	38 400 000,00
386	OF31M23A	01/04/2023	16%	38 600 000,00
432	OH31M24A	31/03/2024	17%	43 176 000,00
12 474	AOUGDOFD20D7	24/12/2022	16%	1 247 400 000,00
12 474	AOUGDOGD20B9	24/12/2023	16%	1 247 400 000,00
16 632	AOUGDOHD20D3	24/12/2024	17%	1 671 616 701,00
9 335	AOTNOI717L15	17/07/2022	5%	7 608 045 164,00
7 171	AOTNOI717L15	17/07/2022	5%	5 844 380 489,00
9 575	AOTNOI717L15	17/07/2022	5%	7 803 645 674,00
68 863				25 542 664 028,00

Em 2020, conforme evidenciado no quadro acima, verificaram-se diminuições no montante de AKZ 34 527 667 237,01, cujas transacções se reportam, essencialmente, à liquidação de dívidas junto de fornecedores tendo por base as Obrigações do Tesouro.

7.3 Movimentos ocorridos durante o Exercício nas Provisões

Em 31 de Dezembro de 2020, não houve movimento na rubrica Provisões para outros activos financeiros como segue:

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
Outros Investimentos Financeiros	58 629 218,24	0,00	0,00	58 629 218,24
Total	58 629 218,24	0,00	0,00	58 629 218,24

8. Existências

8.1.Composição

Em 31 de Dezembro de 2020, a composição das Existências era como segue:

Rubricas	31/12/2020			31/12/2019		
	Valor bruto	Provisões acumuladas	Valor líquido	Valor bruto	Provisões acumuladas	Valor líquido
Matérias-primas e de consumo	6 835 626 984,14	591 761 683,95	6 243 865 300,19	6 105 175 655,65	228 335 304,28	5 876 840 351,37
Matérias-primas, Mat.Trânsito	7 086 496,17	0,00	7 086 496,17	187 086 496,17	0,00	187 086 496,17
Total	6 842 713 480,31	591 761 683,95	6 250 951 796,36	6 292 262 151,82	228 335 304,28	6 063 926 847,54

As Existências cujo saldo revela um aumento de 3,08% face a 31/12/2019 incluem, essencialmente, material a ser utilizado em obras de manutenção ou de expansão da rede eléctrica da Empresa.

8.2 Movimentos ocorridos durante o Exercício nas Provisões

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2020, o movimento nas provisões para depreciação de existências foi como se segue:

Rubricas	31/12/2020			
	Valor bruto	Aumentos	Diminuições	Valor líquido
Matérias-primas, Subsidiárias e de consumo	228 335 304,28	363 426 379,67	0,00	591 761 683,95
Total	228 335 304,28	363 426 379,67	0,00	591 761 683,95

9. Outros Activos Não Correntes e Contas a Receber

9.1. Composição

Em 31 de Dezembro de 2020 e 31 de Dezembro de 2019, a composição dos Outros Activos não Correntes e das Contas a Receber era como segue:

Rubricas	31/12/2020			31/12/2019		
	Corrente	Não Corrente Vencível até 5 anos	Total	Corrente	Não Corrente Vencível até 5 anos	Total
Cientes-Correntes:						Cientes-Correntes:
Valor Nominal	167 512 394 215,20		167 512 394 215,20	87 547 003 841,75	35 997 043 537,51	123 544 047 379,26
Actualização financeira	-26 436 160 485,22		-26 436 160 485,22	0,00	-23 470 586 063,18	-23 470 586 063,18
Saldos Credores Clientes n/ alocados	-6 578 728 341,79		-6 578 728 341,79	-8 283 017 107,37		-8 283 017 107,37
Subtotal	134 497 505 388,19	0,00	134 497 505 388,19	79 263 986 734,38	12 526 457 474,33	91 790 444 208,71
Contas Transitórias						
Participantes e participadas	134 771 142 802,81		134 771 142 802,81	170 177 152 081,63	0,00	170 177 152 081,63
Outros Valores a Receber	704 563 879,88		704 563 879,88	6 247 067 130,60	0,00	6 247 067 130,60
Subtotal	135 475 706 682,69	0,00	135 475 706 682,69	176 424 219 212,23	0,00	176 424 219 212,23
Fornecedores Saldos Devedores	1 230 035 921,40		1 230 035 921,40	3 370 253 813,18	0,00	3 370 253 813,18
Estado	144 268 548 481,89		144 268 548 481,89	174 309 931 520,43	0,00	174 309 931 520,43
Pessoal	2 570 060 150,58		2 570 060 150,58	2 783 356 667,89	0,00	2 783 356 667,89
Devedores Venda de Imobilizado	21 133 378,49		21 133 378,49	138 994 254,13	0,00	138 994 254,13
Credores Compras de Imobilizado	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Devedores	2 463 904 865,78		2 463 904 865,78	4 037 492 202,32	0,00	4 037 492 202,32
Valor nominal	420 526 894 869,02	0,00	420 526 894 869,02	440 328 234 404,56	12 526 457 474,33	452 854 691 878,89
Provisões Para Contas a receber	-119 928 270 515,68	0,00	-119 928 270 515,68	-72 172 636 311,82	0,00	-72 172 636 311,82
Total	300 598 624 353,34	0,00	300 598 624 353,34	368 155 598 092,74	12 526 457 474,33	380 682 055 567,07

9.2. Movimentos ocorridos durante o Exercício nas Provisões

Em 31 de Dezembro de 2020, o movimento nas Provisões para contas a receber foi como segue:

Rubrica	Saldo inicial	Aumento	Reversões	Saldo final
Clientes - Correntes	69 368 076 553,02	47 843 067 227,10	0,00	117 211 143 780,12
Pessoal - Saldos Devedores	1 392 219 475,37	0,00	0,00	1 392 219 475,37
Estado - Saldos Devedores	592 785 945,00	0,00	0,00	592 785 945,00
Outros Saldos Devedores	819 554 338,43	140 344 450,25	227 777 473,49	732 121 315,19
Total	72 172 636 311,82	47 983 411 677,35	227 777 473,49	119 928 270 515,68

9.3 Estado

Em 31 de Dezembro de 2020, a rubrica de Estado respeita, essencialmente, ao Subsídio a Preços a receber, no montante de AKZ 142 371 370 339,02.

Rubricas	31/12/2020	31/12/2019
Liquidação Provisória Imposto Industrial	1 138 918 700,90	841 028 109,90
Imposto sobre Valor Acrescentado	573 370 475,86	796 921 700,66
Subsídios à Preços	142 371 370 339,02	172 656 438 766,84
Outros	184 888 966,11	15 542 943,03
Total	144 268 548 481,89	174 309 931 520,43

A Empresa reconhecia, anualmente e até 30 de Junho de 2019, proveitos relacionados com a subvenção e ajustamento de preços de energia (2019: AKZ 44 298 710 320,00 e 2018: AKZ 77 974 666 765,00), ao abrigo do disposto no Decreto Executivo n.º 705/15, de 30 de Dezembro.

O saldo a receber do Estado encontra-se em processo de revisão e discussão conjunta com o IGAPE e o IRSEA existindo, à data de 31 de Dezembro de 2020, uma divergência no valor de AKZ 82 630 509 119,00.

9.4 Participantes e Participadas

O saldo a receber no valor de AKZ 134 771 142 802,81 corresponde ao montante de capital subscrito e não realizado pelo Accionista, o qual, através do seu representante IGAPE, manifestou a intenção de, tão logo exista disponibilidade financeira, proceder à sua realização.

10. Disponibilidades

10.1 Composição

Em 31 de Dezembro de 2020 e 31 de Dezembro de 2019, a composição das Disponibilidades era como segue:

Rubricas	31/12/2020	31/12/2019
SalDOS em bancos	10 728 148 677,92	9 879 132 756,54
Caixa	62 482 302,67	59 510 101,63
Conta Transitória	557 916 251,83	444 010 913,27
Total	11 348 547 232,42	10 382 653 771,44

10.2 Composição dos saldos em banco

Rubrica	31/12/2020
Deposito à Prazo	3 928 022 466,75
	3 928 022 466,75
Deposito à Ordem	6 800 126 211,17
	6 800 126 211,17
Total	10 728 148 677,92

11. Outros Activos Correntes

11.1. Composição

Em 31 de Dezembro de 2020 e 31 de Dezembro de 2019, a composição dos Outros activos correntes era como segue:

Rubrica	31/12/2020	31/12/2019
Proveitos a Facturar (Juros)	716 863 975,42	605 629 261,94
Proveitos a Facturar (Vendas)	4 586 518 920,70	3 336 452 284,99
Encargos a repartir por exercicios futuros	27 382 491,82	6 266 491,75
Total	5 330 765 387,94	3 948 348 038,68

Os proveitos a facturar respeitam, essencialmente, à especialização das vendas de energia reconhecidas em Dezembro de 2020, cujo facturação se realizou no ano de 2021, no montante de AKZ 4 586 518 920,70.

12. Capital

12.1. Composição e Movimentos no Exercício

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2020, não ocorreram quaisquer movimentos na rubrica de Capital.

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Capital	284 194 597 967,27	0,00	0,00	284 194 597 967,27
Acções/Quotas Próprias	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	284 194 597 967,27	0	0	284 194 597 967,27

O capital social da Empresa é integralmente detido pelo Estado Angolano.

Conforme definido no Decreto Presidencial n.º 305/14, de 20 de Novembro, o capital estatutário da Empresa, realizado por segregação contabilística das extintas ENE e EDEL é de AKZ 22 322 259 413,31, sendo o restante capital próprio constituído por outros fundos próprios no valor de AKZ 261 872 338 554,12.

O capital estatutário pode ser reforçado com dotações do Estado, por meio de incorporação de reservas ou de outros fundos próprios, mediante prévia autorização do Ministro responsável pelo Sector Empresarial Público e do Ministro responsável pelo Sector da Actividade sob proposta do Conselho de Administração, acompanhada de parecer do Conselho Fiscal, nos termos da legislação em vigor.

14. Resultados Transitados

14.1. Composição e Movimentos no Exercício

Em 31 de Dezembro de 2020, o movimento em Resultados Transitados foi como segue:

Rubrica	Saldo inicial	Aumento	Anteriores	Saldo final
Saldo inicial	48 837 431 050,64	0,00	0,00	48 837 431 050,64
Movimentos no período			0,00	0,00
Transferencias dos resultados do exercicio anterior	0,00	54 704 489 044,43	-492,04	54 704 489 044,43
Total	48 837 431 050,64	54 704 489 044,43	-492,04	103 541 920 095,07

15. Empréstimos Corrente e Não Corrente

15.1 Composição

Em 31 de Dezembro de 2020, a composição da rubrica de Empréstimos era como segue:

**ENDE, EP. – EMPRESA DE DISTRIBUIÇÃO DE
ELECTRICIDADE**
Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em 31-12-20

Rubricas	31/12/2020		
	Corrente	Não Corrente (Vencível até 5 anos)	Total
Empréstimos Bancários	1 500 000 000,00	150 000 006,00	1 650 000 006,00
Total	1 500 000 000,00	150 000 006,00	1 650 000 006,00

15.2 Movimentos ocorridos durante o Exercício nos Empréstimos

Em 31 de Dezembro de 2020, o movimento ocorrido em Empréstimos foi como segue:

Rubricas				
	Saldo inicial	Aumentos	Reembolsos	Saldo Final
Empréstimos Bancários	1 750 000 002,00	0,00	99 999 996,00	1 650 000 006,00
Total	1 750 000 002,00	0,00	99 999 996,00	1 650 000 006,00

15.3 Condições dos Empréstimos

A Empresa manteve os Empréstimos Bancários (contas correntes caucionadas e mútuo) obtidos junto do Banco Comercial Angolano e do Banco Sol, S.A., sendo o detalhe conforme quadro abaixo:

Contrato Mútuo	BCA	IPC + Spread 2%	Não aplicável	-1 500 000 000,00	-1 500 000 000,00	0,00
Conta Corrente Caucionada	SOL	Luibor 90 dias + Spread 3,5%	30/06/2022	-150 000 006,00	-99 999 996,00	-50 000 010,00

Em 31 de Dezembro de 2020 o montante utilizado daquelas contas correntes caucionadas ascendia a Akz 1 500 000 000,00. As garantias prestadas consistem no seguinte:

- Livrança em branco por si subscrita;
- Penhor de 28 876 OT's;
- Domiciliação de receitas.

17. Provisões para Pensões

17.1 Movimentos ocorridos durante o Exercício nas Provisões

Em 31 de Dezembro de 2020, a decomposição do saldo detalha-se no quadro seguinte, sendo que os movimentos do ano reportam-se exclusivamente a Contribuições Líquidas - Fundo de Pensões.

Rubricas	31/12/2020	31/12/2019
Contribuições Líquidas - Fundo de Pensões	274 818 680,71	464 431 923,54
Provisões para Pensões	9 416 453 200,61	9 416 453 200,61
Total	9 691 271 881,32	9 880 885 124,15

Provisão para Pensões

A Empresa não procedeu à actualização da provisão para pensões com referência a 31 de Dezembro de 2019 e de 2020.

O último estudo actuarial disponível reporta-se a 31 de Dezembro de 2014, e diz respeito apenas às responsabilidades com complementos de reforma para pensões relativas aos trabalhadores provenientes da extinta ENE. Aquele estudo utilizou a metodologia denominada por *Projected Unit Credit* e assentou nos seguintes pressupostos e bases técnicas actuariais:

Tábua de Mortalidade	ANGV 2020P
Idade Normal de Reforma	60 ANOS
Taxa de Desconto	4,00%
Taxa de Crescimento Salarial	5,00%
Taxa de Crescimento das Pensões	0,00%
Taxa de retroatividade	01/01/1995

18. Provisões para Outros Riscos e Encargos

18.1 Movimentos ocorridos durante o Exercício nas Provisões

Em 31 de Dezembro de 2020, o movimento ocorrido nas Provisões para outros riscos e encargos conforme segue:

**ENDE, EP. – EMPRESA DE DISTRIBUIÇÃO DE
ELECTRICIDADE**
Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em 31-12-20

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Provisões para Outros Riscos e Encargos	-80 514 479,53	0,00	0,00	-80 514 479,53
Outros Riscos	-4 088 586 769,00	-5 734 125 815,07	0,00	-9 822 712 584,07
Total	-4 169 101 248,53	-5 734 125 815,07	0,00	-9 903 227 063,60

19. Outros Passivos Não Correntes e Contas a Pagar

19.1 Composição

Em 31 de Dezembro de 2020 e 31 de Dezembro de 2019, a composição das Contas a pagar era como segue:

Rubricas	31/12/2020			31/12/2019		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Fornecedores - Correntes	327 351 318 284,94	0,00	327 351 318 284,94	271 048 950 159,28	0,00	271 048 950 159,28
Cientes - saldos credores	1 409 875 105,10	0,00	1 409 875 105,10	40 336 147 275,36	0,00	40 336 147 275,36
Adiantamentos de Clientes	1 199 440 683,38	0,00	1 199 440 683,38	1 199 440 683,38	0,00	1 199 440 683,38
Outros	210 434 421,72	0,00	210 434 421,72	39 136 706 591,98	0,00	39 136 706 591,98
Estado	1 009 079 252,38	0,00	1 009 079 252,38	1 566 330 213,70	0,00	1 566 330 213,70
Pessoal	1 387 915 781,86	0,00	1 387 915 781,86	1 073 389 676,59	0,00	1 073 389 676,59
Subsidio ao Investimento	14 178 297 338,00	310 904 110 061,33	325 082 407 399,33	6 813 715 361,00	271 484 338 285,38	278 298 053 646,38
Credores - Compras de imobilizado	37 856 849 462,11	0,00	37 856 849 462,11	64 967 856 718,86	0,00	64 967 856 718,86
Outros Credores	12 280 417 578,55	0,00	12 280 417 578,55	13 737 508 143,12	0,00	13 737 508 143,12
Total	395 473 752 802,94	310 904 110 061,33	706 377 862 864,27	399 543 897 547,91	271 484 338 285,38	671 028 235 833,29

O saldo mais significativo incluído na rubrica de Contas a Pagar corresponde ao passivo com a empresa pública denominada de Rede Nacional de Transporte, no total de AKZ 288 988 153 272,65, o qual representa 93,4% do saldo total de fornecedores correntes.

A rubrica de Subsídios ao investimento reflecte o diferimento do proveito a reconhecer que é gerado pelos investimentos realizados ao abrigo dos Programas de Investimentos Público - PIP, e que são transferidos anualmente para resultados na mesma cadência das amortizações das respectivas imobilizações subsidiadas.

O movimento do exercício dos Subsídios ao Investimento foi como se segue:

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Regularizações	Proveito Exercício	Saldo Final
Subsídios ao Investimento	278 298 053 646,38	162 318 102 514,00	-101 355 451 422,63	-14 178 297 338,42	325 082 407 399,33
Total	278 298 053 646,38	162 318 102 514,00	-101 355 451 422,63	-14 178 297 338,42	325 082 407 399,33

Em 31 de Dezembro de 2020 e 31 de Dezembro de 2019 a composição da conta Estado era como segue:

Rubricas	31/12/2020	31/12/2019
Imposto sobre os Lucros	39 639 754,32	274 704 426,61
Imposto Industrial	0,00	0,00
Retenção na fonte	39 639 754,32	274 704 426,61
Imposto sobre o Rendimento de Trabalho	261 206 974,43	382 663 035,56
Imposto de Produção e Consumo	66 517 093,04	217 631 931,95
Imposto Predial Urbano	1 249 729,75	46 417 571,50
Imposto de Selo	0,00	14 409 055,26
Imposto Sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Segurança Social	250 409 430,32	239 586 294,39
Outros Impostos	390 056 270,52	390 917 897,54
Total	1 009 079 252,38	1 566 330 212,81

21. Outros Passivos Correntes

21.1 Composição

Em 31 de Dezembro de 2020 e 31 de Dezembro de 2019, a composição dos outros passivos correntes era como segue:

Rubricas	31/12/2020	31/12/2019
Proveitos a Repartir por Exercícios Futuros		
Venda de Electricidade	602 465 891,70	813 778 588,60
Soma	602 465 891,70	813 778 588,60
Encargos a Pagar	2 519 655 349,44	2 383 786 379,84
Remunerações	2 597 584 506,78	3 929 151 961,88
Energia	4 906 128 157,71	6 092 410 199,99
Soma	10 023 368 013,93	12 405 348 541,71
Total	10 625 833 905,63	13 219 127 130,31

NOTA Á DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

NOTAS À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

22. Vendas

22.1 Composição das Vendas por Mercados

Em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019, a composição desta rubrica por natureza era como segue:

Rubricas	2020	2019
Mercado interno:		
Vendas	102 448 687 150,18	78 905 410 202,59
Subsídio a preços	0,00	44 298 710 320,43
Venda de material eléctrico	0,00	0,00
Actualização financeira	-2 965 574 679,81	-9 798 040 899,98
Cobranças Duvidosas	-47 843 067 227,10	-21 244 490 241,34
Total	51 640 045 501,04	92 161 589 381,70

As vendas englobam proveitos gerados com a venda de energia eléctrica na ordem de 80% do total dos proveitos operacionais, tendo registado uma redução de 17% em relação ao mesmo período do exercício de 2019.

As vendas de energia decorrentes da sua actividade principal, foram totalmente realizadas no mercado interno e reflectem o valor facturado no período de 8 714 595 709 kWh pela Empresa aos seus clientes, num universo de 1 695 285 clientes no final do mês de Dezembro do corrente ano.

O Conselho de Administração da Empresa reconhece a existência de deficiências significativas ao nível dos procedimentos e controlos internos relacionados com o reconhecimento de rédito associado ao negócio de pós-pago, nomeadamente naquilo que concerne à gestão e monitorização apropriada de contratos, facturação e cobranças de clientes, situação que conduz ao reconhecimento anual de elevados montantes de provisões para cobranças duvidosas.

Neste contexto, e para efeitos de preparação das demonstrações financeiras, o Conselho de Administração considera que ao total de proveitos devem ser deduzidos os montantes de provisões de cobrança duvidosa e actualização de

dívida de clientes, conforme acima evidenciado. Por outro lado, e conforme divulgado na Nota 2.3 das demonstrações financeiras, a alteração quanto ao critério de apresentação do montante da rubrica de “Vendas” foi aplicada com efeitos a 01 de Janeiro de 2019, como forma de assegurar a comparabilidade das presentes demonstrações financeiras.

23. Prestação de Serviços

23.1 Composição das Prestações de Serviço por Mercados

Em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019, a composição desta rubrica por mercado e natureza era como segue:

Rubricas	31/12/2020	31/12/2019
Mercado interno	0,00	0,00
Mercado externo		
Serviços prestados a clientes (a)	419 183 353,48	556 357 206,56
Aluguer de Contador	3 440 182 100,68	2 079 166 134,44
Outros-Taxas de Potência	6 477 857 758,24	6 110 314 547,28
Total	10 337 223 212,40	8 745 837 888,28

(a) Inclui os encargos de contratação, os serviços de religação, os serviços de movimentação de armários e de remoção de postes da via pública e desvio de cabos, entre outros.

24 Outros Proveitos Operacionais

24.1. Composição

Em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019, a composição desta rubrica era como segue:

Rubricas	31/12/2020	31/12/2019
Subsídio a Investimentos (Nota 21)	14 178 297 338,21	6 813 715 360,63
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	85 643 372,26	60 864 304,47
Total	14 263 940 710,47	6 874 579 665,10

27. Custo das Existências Vendidas e das Matérias-Primas Subsidiárias e Consumidas

Em 31 de Dezembro de 2020, o Custo das Existências Vendidas foi determinado como segue:

**ENDE, EP. – EMPRESA DE DISTRIBUIÇÃO DE
ELECTRICIDADE**
Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em 31-12-20

Rubricas	Existências iniciais	Compras	Existências finais	Custo do Ano
Mercadorias (Electricidade)	0,00	102 071 553 298,20	0,00	102 071 553 298,20
Total	0,00	102 071 553 298,20	0,00	102 071 553 298,20

O custo das existências vendidas refere-se a compra de electricidade para venda, ao principal fornecedor de energia (RNT – Rede Nacional de Transporte de Electricidade, E.P.).

28. Custos com o Pessoal

Em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019, a composição desta rubrica era como segue:

Rubricas	31/12/2020	31/12/2019
Remunerações dos Órgãos Sociais	487 069 119,59	361 267 185,25
Remunerações do Pessoal	23 294 740 263,51	21 437 000 090,00
Pensões (a)	244 447 932,68	198 209 612,52
Encargo sobre as remunerações	1 976 254 330,65	1 436 069 879,35
Outras remunerações	2 645 288 243,93	2 040 457 634,37
Total	28 647 799 890,36	25 473 004 401,49
Número de Trabalhadores	4 765	4 576

(a) Referem-se às contribuições efectuadas para o fundo de pensões relativo aos trabalhadores oriundos da extinta ENE.

29. Amortizações

Em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019, a composição desta rubrica era como segue:

Rubricas	31/12/2020	31/12/2019
Imobilizações corpóreas (Nota 4)	22 823 478 589,95	16 101 208 189,97
Imobilizações incorpóreas (Nota 5)	633 484 960,23	634 435 640,90
Total	23 456 963 550,18	16 735 643 830,87

30. Outros Custos e Perdas Operacionais

Em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019, a composição desta rubrica era como segue:

Rubricas	2020	2019
Subcontratos	2 012 845 128,75	1 899 403 352,59
Fornecimentos e serviços de terceiros	15 829 547 207,88	12 712 974 235,32
Conservação e reparação	6 692 359 971,57	3 708 334 745,69
Vigilância e segurança	1 974 757 200,91	1 807 551 988,31
Honorários e avenças	203 554 447,41	613 393 580,43
Auto consumo (Eletricidade)	175 377 823,79	0,00
Comunicação	1 046 204 646,11	892 451 091,62
Limpeza, higiene e conforto	353 591 544,79	335 975 590,51
Material de escritório	389 885 987,36	282 043 773,45
Despesas de representação	71 627 051,33	53 867 646,86
Publicidade e propaganda	190 357 123,08	26 808 810,99
Assistência técnica	1 627 359 202,52	1 826 292 261,63
Rendas e alugueres	633 017 491,20	551 102 672,98
Deslocações e estadas	94 172 334,21	216 911 735,76
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	186 392 754,53	168 755 315,09
Seguros	191 699 502,26	104 362 438,42
Serviços Informáticos	337 038 314,92	150 486 461,28
Livros e documentação técnica	2 530 998,00	1 582 198,95
Contencioso e notariado	1 404 153,00	4 619 470,00
Outros serviços	1 658 216 660,89	1 968 434 453,35
Impostos	101 133 339,06	1 315 950 562,27
Despesas confidenciais	0,00	0,00
Quotizações	0,00	6 393 886,98
Outros Custos e perdas operacionais	26 576,99	39 000,00
Total	17 943 552 252,68	15 934 761 037,16

A composição da conta de Subcontratos era como segue:

Rubricas	31/12/2020	31/12/2019
Agenciamento Comercial	1 729 386 758,91	1 524 189 010,01
Empreitadas e Serviços	283 449 369,84	375 092 392,56
Outros Contratos	9 000,00	121 950,02
Total	2 012 845 128,75	1 899 403 352,59

O aumento verificado nos custos com conservação e reparação reportam-se essencialmente aos dispêndios assumidos pela ENDE para electrificação dos hospitais de campanha associados ao combate à pandemia do COVID-19.

A composição dos Impostos era como segue:

Rubricas	31/12/2020	31/12/2019
Imposto de Selo	36 225 207,69	1 068 524 970,66
Imposto Predial e Urbano	15 514 336,79	29 941 826,14
Outros Impostos	49 393 794,58	217 483 765,47
SubTotal Conta	101 133 339,06	1 315 950 562,27

31. Resultados Financeiros

Em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019, a composição dos resultados financeiros era como segue:

Rúbricas	31/12/2020	31/12/2019
Proveitos e Ganhos Financeiros	13 952 082 654,83	29 416 711 941,98
Juros		
Investimento financeiros	2 127 364 969,09	1 198 044 767,02
Outros	162 194 654,67	41 196 699,02
Diferenças de Câmbio Favoráveis		
Realizadas	850 014 587,17	6 798 712 956,90
Não realizadas	10 612 869 864,44	21 228 975 612,63
Rendimentos de investimentos em Imóveis	197 166 744,27	146 380 225,79
Outros	2 471 835,19	3 401 680,62
Custos e Perdas Financeiros	25 311 834 933,67	27 601 508 493,90
Juros	2 932 937 910,57	1 057 983 820,95
Perdas na Alienação de Aplicações Financeiras	749 443 910,00	0,00
Diferenças de Câmbio Desfavoráveis		
Realizadas	1 205 685 249,41	3 068 386 303,42
Não realizadas	19 731 841 337,32	23 173 848 057,13
Serviços Bancários	691 926 301,90	301 290 312,40
Outros	224,47	0,00
Total	-11 359 752 278,84	1 815 203 448,08

33. Resultados Não Operacionais

Em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019, a composição dos Resultados Não Operacionais era como segue:

Rubricas	31/12/2020	31/12/2019
Proveitos e Ganhos Não Operacionais	7 462 372 643,89	8 816 181 519,97
Reposição de Provisões	9 406 357,20	242 655 439,30
Existências (Nota 8.2)	0,00	244 144 341,62
Fornecedores - Saldos Devedores	9 406 357,20	-1 488 902,32
Ganhos em Imobilizados	9 283 791,30	0,00
Ganhos em Existências	5 469 735,67	393 879 834,98
Correcções de estimativas	0,00	3 817 659 647,89
Correcções relativas a exercícios anteriores	5 929 701 362,89	4 151 027 033,36
Outros Proveitos e Ganhos Não Operacionais	1 508 511 396,83	210 959 564,44
Custos e Perdas Não Operacionais	9 585 615 508,85	12 840 917 782,61
Provisões	6 097 552 194,74	4 553 676 436,27
Existências (Nota 8.2)	363 426 379,67	0,00
Dívidas Incobráveis (Nota 9.2)	0,00	384 575 187,74
Outros Riscos e Encargos (Nota 18)	5 734 125 815,07	4 169 101 248,53
Fornecedores Saldos Devedores	31 777 078,76	605 423 227,13
Perdas em Imobilizados	270 967,74	0,00
Perdas de Existências (Quebras)	135 943 564,08	387 693 362,16
Multas e Penalidades Contratuais	28 402 893,93	66 493 938,00
Correcções relativas a exercícios anteriores	3 101 181 378,52	6 289 981 780,00
Outros Custos e Perdas Não Operacionais	190 487 431,08	937 649 039,05
Total	-2 123 242 864,96	-4 024 736 262,64

34. Resultados Extraordinários

Em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019, a composição dos resultados extraordinários era como segue:

Rubricas	31/12/2020	31/12/2019
Proveitos e Ganhos Extraordinários	2 603 500,00	4 557 703,65
Sinistros	2 603 500,00	4 557 703,65
Outros	0,00	0,00
Custos e Perdas Extraordinárias	1 796 391,50	0,00
Sinistros	1 796 391,50	0,00
SubTotal Conta	807 108,50	4 557 703,65

35. Imposto Sobre o Rendimento

Em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019, a estimativa do Imposto sobre o Rendimento foi apurada como segue:

Rubricas	2020	2019
Resultado contabilístico	-109 360 847 860,59	-54 704 489 044,43
Correcções para efeitos fiscais:		
A somar:	81 207 947 769,87	32 998 497 130,06
Custos e perdas não aceites para efeitos fiscais:		
Provisões excessivas (art. 36º) CII	56 542 767 721,98	25 458 886 810,98
Multas fiscais (art. 40º) CII	28 279 693,93	66 441 138,00
Existências (art. 20º) CII	499 369 943,75	387 693 362,16
Donativos excedentes aos previstos no artigo 39º CII	9 078 324,34	0,00
Correcções de exercícios anteriores	3 101 181 378,52	7 085 475 818,92
Despesas de representação	71 627 051,33	0,00
Despesas não especificadas	1 796 391,50	0,00
Outros acréscimos (art. 25º e 40º) CII	16 320 677,79	
Diferenças de Câmbio Realizadas Desfavoráveis	1 205 685 249,41	0,00
Diferenças de Câmbio Não realizadas Desfavoráveis	19 731 841 337,32	0,00
A deduzir:	-15 186 590 704,10	-1 629 765 876,45
Proveitos sujeitos a IAC (art47) CII	-2 289 559 623,76	-1 239 241 309,04
Rendimentos de Investimentos em Imóveis (sujeitos a IPU)	-197 166 744,27	-146 380 225,79
Reversão Provisões para Existências	-1 236 979 884,46	-244 144 341,62
Diferenças de Câmbio Realizadas Favoráveis	-850 014 587,17	0,00
Diferenças de Câmbio Não realizadas Favoráveis	-10 612 869 864,44	0,00
Lucro tributável (Prejuízo fiscal)	-43 339 490 794,82	-23 335 757 790,82
Taxa nominal de imposto	25%	30%
Imposto Sobre os Lucros	0,00	0,00
Correcção exercício anterior		
Imposto Sobre os Lucros (Nota 19)	0,00	0,00

37. Contingências

37.1 Winterfell

Atender ao divulgado na Nota 7 das presentes demonstrações financeiras.

37.2 Certidão de Dívida Tributária – Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)

Em 15 de Abril de 2021, a Empresa acusou, da Direcção de Serviços do Imposto sobre o Valor Acrescentado (“DSIVA”), a Certidão de Dívida Tributária, a qual refere que existe um valor de IVA por pagar, incluindo juros, no montante total de AKZ 4 925 247 700,00 correspondente aos valores e IVA a pagar no meses de Novembro e Dezembro de 2020.

Atendendo a que o valor de IVA a pagar acima referido diverge, de forma significativa, dos registos contabilísticos da Empresa (ver Nota 9), a Direcção de Finanças e Contabilidade da ENDE remeteu carta à DSIVA, em 21 de Abril de 2021, a indicar que ao longo do exercício de 2020 existiram diversas dificuldades de submissão das declarações periódicas, as quais, conforme preliminarmente reportadas às autoridades, decorreram de problemas técnicos do Portal, aos quais a ENDE é alheia.

O Conselho de Administração da ENDE, não obstante estar convicto que, a apreciação pela autoridades fiscais da documentação facultada permitirá clarificar o assunto, entendeu, para efeitos da preparação das demonstrações financeiras, reconhecer, a 31 de Dezembro de 2020, uma provisão no valor aproximado de AKZ 3 500 000 000,00.

37.3 Outros riscos

O Conselho de Administração identificou e quantificou um conjunto de riscos de natureza diversa que, em face da análise realizada, apresentam uma probabilidade moderada se de tornarem contingências materializáveis, ascendendo ao respectivo valor a aproximadamente AKZ 5 900 000,00.

38. Acontecimentos ocorridos após a data de Balanço

O Decreto Presidencial n.º 76/21, de 25 de Março, o qual aprova o novo Regulamento das Actividades de Produção, Transporte, Distribuição e Comercialização de Energia Eléctrica, estabelece o regime jurídico aplicável ao exercício das actividades de produção, transporte, distribuição e comercialização de energia eléctrica e aprova as Bases de Concessão de Produção, Transporte e Distribuição de Energia.

Especificamente sobre as actividades de distribuição e comercialização de energia, temos que:

- i) **Distribuição:** a distribuição de energia eléctrica será efectuada em regime de concessão ou de licença, quando respeitante a sistemas eléctricos isolados, estando previsto a manutenção das actuais concessões, assim como a criação de novas áreas geográficas de distribuição, cuja exploração poderá ser atribuída através de Concessão.
- ii) **Comercialização:** a actividade de comercialização de energia eléctrica a clientes finais é exercida mediante licença atribuída pelo Ministro da Energia e Águas. A licença de comercialização estabelece o âmbito geográfico da actuação e o tipo de clientes elegíveis, por escalão, tensão de ligação ou tipo de contagem. A atribuição da licença respeita um regime e processo específicos estabelecidos no Regulamento e tem um prazo de duração não superior a 20 (vinte) anos nem inferior a 5 (cinco) anos.

Desde 31 de Dezembro de 2020 até à data de aprovação do presente Relatório e Contas, não se verificaram quaisquer outros eventos relevantes nem com possíveis impactos nestas demonstrações financeiras.

40. Saldos e Transações com Entidades Relacionadas

Em 31 de Dezembro de 2020, a Empresa tem acompanhado as transacções relacionadas com as seguintes entidades:

Entidades do Grupo	Contas a Receber	Outros Devedores	Contas a Pagar	Outros Passivos Correntes	Investimento Financeiro
Ministério da Energia e Águas		356 359 341,73		-325 082 407 399,54	
Estado (IGAPE)	134 771 142 802,81				
Ministério das Finanças	142 371 370 339,02				
Rede Nacional de Transportes de Eletricidade RNT-EP			288 988 153 272,65		
Winterfell Industries Limited					2 167 040 000,00
Total	277 142 513 141,83	356 359 341,73	288 988 153 272,65	-325 082 407 399,54	2 167 040 000,00

Com a quais manteve as seguintes transacções:

Entidades do Grupo	Subsídios a Preços	Subsídios ao Investimento	Compras	Outros Serviços	Reversões/Regularizações
Ministério da Energia e Águas		14 178 297 338			
Estado (IGAPE)					
Ministério das Finanças					
Rede Nacional de Transportes de Eletricidade RNT-EP			102 071 553 298		
Winterfell Industries Limited					
Total	0	14 178 297 338	102 071 553 298	0	0

42. Outras informações

Devido ao surto do COVID-19 (coronavírus), continuamos a verificar uma forte incerteza quanto à trajectória de evolução dos principais indicadores macroeconómicos com impacto no negócio da Empresa.

O Conselho de Administração da Empresa tem vindo a monitorizar de perto todos os desenvolvimentos relacionados com a pandemia da COVID-19, cujos impactos da actividade da Empresa são relevantes.

Entre os diversos impactos, salientar as medidas previstas no Decreto Presidencial n.º 98/20, de 9 de Abril, as quais, no âmbito de um conjunto amplo de medidas de alívio dos efeitos económicos e financeiros negativos provocados pela pandemia da COVID-19, incluíram a instrução para as empresas do sector de fornecimento de

energia não efectuarem cortes ao fornecimento aos clientes com dificuldades de pagamento durante o mês de Abril.

A escala, dimensão e duração da incerteza, torna complexa a avaliação da dimensão dos seus impactos directos e indirectos, e como tal, estimar, à data de hoje, o seu valor.

Não obstante as incertezas materiais acima descritas, o Conselho de Administração entende que o pressuposto de continuidade das operações se mantém apropriado, apesar da incerteza na qual far-se-á depender da realização de futuras operações lucrativas e nas circunstâncias aplicáveis, do apoio a prestar pelo Accionista.

NOTAS À DEMONSTRAÇÃO FLUXO DE CAIXA

NOTAS À DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

43. Políticas Adoptadas

Para a determinação dos componentes de Caixa e seus equivalentes no final do exercício findo em 31 de Dezembro de 2020, foi adoptado o método directo, através da identificação dos itens de liquidez em todas as operações de caixa, mediante o qual foi possível espelhar os principais componentes dos recebimentos e pagamentos, permitindo compreender o modo como a empresa gerou e utilizou os seus fundos.

47. Caixa e Equivalentes de Caixa

Em 31 de Dezembro de 2020 e 31 Dezembro de 2019, Caixa e Equivalentes de Caixa apresentava a seguinte composição:

Rubricas	31/12/2020	31/12/2019
Caixa	62 482 302,67	59 510 101,63
Numerário	16 301 088,76	11 956 808,22
Valor a Depositar	46 181 213,91	47 553 293,41
Equivalentes de Caixa	10 728 148 677,92	9 870 537 838,62
Deposito à Prazo	3 928 022 466,75	1 671 821 823,32
Deposito à Ordem	6 800 126 211,17	8 198 716 015,30
Valores em Trânsito	557 916 251,83	452 605 831,19
Total	11 348 547 232,42	10 382 653 771,44

A política adoptada na determinação dos componentes de caixa e seus equivalentes, destina-se a evidenciar os valores em Caixa e em Bancos, cujo total, constitui as disponibilidades constantes no Balanço, à 31 de Dezembro de 2020.



**ENDE, EP. – EMPRESA DE DISTRIBUIÇÃO DE
ELECTRICIDADE**
Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em 31-12-20

Nas outras disponibilidades, estão incluídos os valores em trânsito à data do Balanço, que serão regularizados em 2021.

Luanda, 03 de Maio de 2021

O Presidente do Conselho de Administração

Hélder De Jesus Garcia Adão



O Técnico de Contas

Manuel José Neto
(N.º da Ordem 20180006)

PARECER DO CONSELHO FISCAL

CONSELHO FISCAL

RELATÓRIO E PARECER EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2020

I - INTRODUÇÃO

1.1 – Com base nas atribuições estabelecidas na Lei n.º 11/13, de 03 de Setembro, que aprova a Lei de Bases do Sector Empresarial Público, nos termos do artigo 36.º do Decreto Presidencial n.º 15/17, de 2 de Fevereiro, que aprova o Estatuto dos Membros dos Órgãos de Gestão e de Fiscalização das Empresas Públicas e das Empresas com Domínio Público, no Decreto Executivo n.º 42/01, de 6 de Julho, que aprova o Regulamento dos Conselhos Fiscais das Empresas Públicas, do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 305/14, de 20 de Novembro, que cria a Empresa Nacional de Distribuição de Electricidade, abreviadamente designada por ENDE, E.P, apresentamos o Relatório e Parecer do Conselho Fiscal sobre as demonstrações financeiras do exercício de 2020.

1.2 - Para emissão do presente parecer observamos a documentação obrigatória que nos foi apresentada pelo Conselho de Administração e a opinião sobre as demonstrações financeiras emitida pelo auditor independente (Ernest & Young Angola, Lda.) da ENDE, EP.

1.3 – Importa referir que o actual Conselho Fiscal iniciou as suas actividades referente ao presente mandato, no final do ano de 2020, após a sua nomeação, através do Despacho n.º 463/20, de 10 de Setembro.

II - RESPONSABILIDADE

2.1 - É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa Nacional de Distribuição de Electricidade - ENDE, E.P, a preparação e apresentação do relatório de gestão e das demonstrações financeiras de forma apropriada e verdadeira, nomeadamente, o Balanço, a Demonstração de Resultados, Demonstração de Fluxo de Caixas e as respectivas Notas às Contas.

CONSELHO FISCAL
RELATÓRIO E PARECER
EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2020

2.2 - É responsabilidade do Conselho Fiscal, entre outras, a fiscalização da gestão da empresa e a elaboração anual de um relatório sobre a sua acção fiscalizadora, bem como a emissão de um parecer sobre o relatório e contas apresentado pelo Conselho de Administração, em específico as demonstrações financeiras, para assegurar a necessária aplicabilidade e conformidade da política contabilística adoptada pela ENDE-EP, e o respectivo alinhamento com os princípios e normas contabilísticas contidas no Plano Geral de Contabilidade.

III - SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ANEXOS

3.1 - Apreciamos as demonstrações financeiras da empresa, que compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2020, com um Activo Total de Kz 809 241 478 194,95, um Capital Próprio de Kz 71 291 829 519,57, incluindo um Resultado Líquido do exercício negativo de Kz. 109 360 847 860,59, reflectido na Demonstração de Resultados naquela data, bem como as Notas às Contas.

3.2 - O Conselho Fiscal apresenta o seu Relatório e Parecer referente ao Relatório e Contas relativo ao exercício económico de 2020, com realce para os seguintes aspectos:

- i. O Balanço, a Demonstração de Resultados e o Mapa de Fluxos de Caixa em referência, evidenciam com clareza a situação financeira da ENDE, EP;
- ii. As políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados são os mais adequados;
- iii. O relatório e Contas apresentado, não é suficientemente esclarecedor quando a situação dos investimentos realizados com a participação financeira de 16% no capital da sociedade Winterfill Industries Limited, para a aquisição de uma participação na Efacec;

CONSELHO FISCAL

RELATÓRIO E PARECER EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2020

- iv. Os aspectos que motivaram a escusa de opinião do Auditor Independente em sede do Relatório e Parecer às demonstrações financeiras do exercício de 2019, estão a ser regularizados, apesar de ainda existirem alguns constrangimentos que impediram a remoção na totalidade das recomendações;
- v. Os Activos diminuíram em cerca de 8,07% comparativamente aos registados no período homólogo, sendo que a maior redução foi registada nas Contas Transitórias, fruto da regularização contabilística efectuada, como resultado do trabalho conjunto entre o IGAPE e a ENDE, EP;
- vi. O aumento registado nas contas do Passivo, foi motivado pelo aumento na rubrica "Contas a Pagar" na ordem de 80%, que corresponde as dívidas com o fornecedor de energia, Rede Nacional de Distribuição – RNT;
- vii. O Saldo Líquido de Caixa foi positivo em Kz 12 249 440 870,89, devido o Fluxo das Actividades de Investimento e de Financiamento, que suportaram as Actividades Operacionais no período, que foram negativas em Kz 41 225 474 482,41.

IV - BASES PARA A EMISSÃO DO PARECER

a. Relatório do Auditor Externo

- 4.1. O Conselho Fiscal observou que o Auditor Independente emitiu um parecer com reservas, devido a falta de informação suficiente e evidências sobre os saldos das imobilizações, a participação financeira da ENDE-EP na sociedade Winterfell Industries Limited, a diferença entre o valor reconhecido pelo Estado e pela empresa, em relação à dívida de subsídios a preços, o que eventualmente provocaria alterações nos resultados do exercício findo em 31 de Dezembro de 2020.

CONSELHO FISCAL
RELATÓRIO E PARECER
EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2020

b. Parecer do Conselho Fiscal

4.2. Face ao exposto, e tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração da ENDE-EP, relativamente ao ano de 2020, o Conselho Fiscal é de opinião que sejam aprovadas as demonstrações financeiras referente ao exercício de 2020, por estarem de acordo às disposições legais, estatutárias e contabilísticas aplicáveis à empresa.

O CONSELHO FISCAL DA ENDE, E.P., em Luanda, 24 de Maio de 2021.

Pelo Conselho Fiscal,

Catarino César

Contabilista com o n.º 20152252
(Presidente)

Telmo Alexandre
(Vogal)

João Castro Paiva
(Vogal)

RELATÓRIO DO AUDITOR

Relatório do Auditor Independente

Ao Conselho de Administração da
Empresa Nacional de Distribuição de Electricidade, E.P.

Introdução

1. Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Empresa Nacional de Distribuição de Electricidade, E.P. ("Empresa"), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2020 (que evidencia um total de 809.540.025.241 Kwanzas e um total de Capital próprio de 71.291.829.520 Kwanzas, incluindo um Resultado líquido negativo de 109.360.847.861 Kwanzas), a Demonstração de Resultados por Naturezas e a Demonstração de Fluxos de Caixa relativas ao exercício findo naquela data, bem como as Notas às Contas.

Responsabilidade do Conselho de Administração pelas Demonstrações Financeiras

2. O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação apropriada destas demonstrações financeiras de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Angola e pelo controlo interno que determine ser necessário para possibilitar a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material, devidas a fraude ou a erro.

Responsabilidade do Auditor

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião independente sobre estas demonstrações financeiras com base na nossa auditoria, a qual foi conduzida de acordo com as Normas Técnicas da Ordem dos Contabilistas e Peritos Contabilistas de Angola. Estas Normas exigem que cumpramos requisitos éticos e planeemos e executemos a auditoria para obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorção material.
4. Uma auditoria envolve executar procedimentos para obter prova de auditoria acerca das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras. Os procedimentos seleccionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude ou a erro. Ao fazer essas avaliações do risco, o auditor considera o controlo interno relevante para a preparação e apresentação apropriada das demonstrações financeiras pela entidade a fim de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não com a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da entidade. Uma auditoria inclui também avaliar a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas feitas pelo Conselho de Administração, bem como a avaliar a apresentação global das demonstrações financeiras.
5. Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião de auditoria com reservas.

Bases para a Opinião com Reservas

6. A Empresa tem em curso um processo de inventariação física e valorização do seu imobilizado corpóreo com o objectivo de validar e actualizar a informação constante no seu cadastro de imobilizado, pelo que, na sequência da conclusão deste processo, poderão resultar ajustamentos significativos relacionados com divergências entre os registos contabilísticos da Empresa e os resultados do processo em curso, os quais não são determináveis a esta data. Assim, em 31 de Dezembro de 2020, o balanço inclui imobilizações corpóreas e incorpóreas nos montantes de 249.558.126.894 Kwanzas (2019: 436.119.372.649 Kwanzas) e 12.620.512.360 Kwanzas (2019: 13.253.557.321 Kwanzas), respectivamente, sobre os quais não foi possível obter evidência apropriada e suficiente quanto à sua existência física e/ou valorização e correspondente grau de eventuais apoios governamentais desses investimentos. Consequentemente, para além dos saldos das rubricas de "Imobilizações corpóreas" e "Imobilizações incorpóreas" referidos, não nos é possível concluir sobre determinados saldos incluídos nas rubricas de "Contas a pagar - Credores - Compras de imobilizado" (2020: 32.220.976.890 Kwanzas; 2019: 64.967.856.719 Kwanzas), "Outros passivos não correntes - Subsídios ao Investimento" (2020: 123.915.146.015 Kwanzas; 2019: 271.484.338.285 Kwanzas), "Outros passivos correntes - Subsídios ao Investimento" (2020: 5.055.605.780 Kwanzas; 2019: 6.813.715.361 Kwanzas), "Outros Proveitos Operacionais - Subsídio a Investimentos" (2020: 5.055.605.780 Kwanzas; 2019: 6.813.715.361 Kwanzas), e "Amortizações" (2020: 14.334.271.992 Kwanzas; 2019: 16.735.643.831 Kwanzas), os quais se encontram divulgados nas Notas 19, 21, 24 e 29 das demonstrações financeiras.
7. Em 31 de Dezembro de 2020, o activo não corrente inclui o montante de 2.167.040.000 Kwanzas (2019: 2.167.040.000 Kwanzas), correspondente ao interesse participativo, mensurado ao custo, devido na sociedade *Winterfell Industries Limited*, o qual, conforme divulgado na Nota 7 das demonstrações financeiras, foi registado inicialmente como uma dotação de Capital. Atendendo à ausência de documentação de suporte que ateste, de forma inequívoca, os direitos e obrigações relativos ao interesse participativo, assim como a sua recuperabilidade, não estamos em condições de concluir sobre o impacto deste assunto nas demonstrações financeiras.
8. Em 31 de Dezembro de 2020, a rubrica "Provisões para pensões" evidencia um saldo de 9.691.271.881 Kwanzas (2019: 9.416.453.201 Kwanzas), líquido de contribuições no montante de 274.818 681 Kwanzas, o qual respeita às responsabilidades por pensões que transitaram das extintas empresas públicas que operavam no segmento de distribuição de energia. Até à presente data, não nos foi disponibilizada documentação que nos permita concluir acerca da adequação das responsabilidades por pensões evidenciadas no Passivo, razão pela qual não estamos em condições de concluir sobre o impacto deste assunto nas demonstrações financeiras.
9. Conforme divulgado na Nota 22 das demonstrações financeiras, os procedimentos de controlo interno vigentes não permitem assegurar a detecção e correcção de erros potencialmente materiais no que respeita à ocorrência, mensuração e corte de operações das transacções associadas às vendas de energia a clientes em regime de pós-pago, bem como às prestações de serviços relacionadas com taxas de potência e aluguer de aparelhos, cujos montantes reconhecidos na demonstração de resultados ascendem a 38.364.854.930 Kwanzas (2019: 40.979.058.042 Kwanzas), líquido de ajustamentos que totalizam 50.808.641.907 Kwanzas (2019: 31.042.531.141 Kwanzas). Atendendo a que o Plano Geral de Contabilidade determina que o rédito não deve ser reconhecido quando existem incertezas sobre se os benefícios económicos associados a uma transacção irão fluir para a entidade, e dada a insuficiência dos controlos da Empresa associados à verificação desta condição, bem como da insuficiência da informação disponibilizada, não estamos em condições de concluir sobre os efeitos deste assunto nas demonstrações financeiras, em particular naquilo que concerne às rubricas da demonstração de resultados anteriormente referidas e aos saldos das rubricas de "Contas a receber - Clientes correntes" (Nota 9.1) (2020: 134.497.505.388 Kwanzas; 2019: 91.790.444.209 Kwanzas), "Contas a receber - Provisão para cobranças duvidosas" (Nota 9.3) (2020: 117.211.143.780 Kwanzas; 2019: 69.368.076.553 Kwanzas) e "Outros activos correntes - Proveitos a facturar vendas" (Nota 11) (2020: 4.586.518.921 Kwanzas; 2019: 3.336.452.285 Kwanzas).



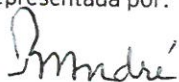
10. Conforme divulgado na Nota 9.3 das demonstrações financeiras, a Empresa reconhecia, anualmente e até 30 de Junho de 2019, proveitos relacionados com a subvenção e ajustamento de preços de energia (2019: 44.298.710.320 Kwanzas), ao abrigo do disposto no Decreto Executivo n.º 705/15, de 30 de Dezembro, ascendendo o saldo a receber do Estado, líquido de provisões, em 31 de Dezembro de 2020, a 142.371.370.339 Kwanzas (2019: 172.656.438.767 Kwanzas). Obtivemos, por referência a 31 de Dezembro de 2020, documentação que atesta o reconhecimento da dívida do Estado para com a Empresa no montante de 59.740.861.220 Kwanzas (2019: 77.878.915.663 Kwanzas), o qual diverge de forma significativa do saldo inscrito no Activo. Atendendo a que não nos foi disponibilizada qualquer reconciliação e/ou justificação para a diferença de saldo apurada no valor de 82.630.509.119 Kwanzas (2019: 94.777.523.104 Kwanzas), não estamos em condições de concluir sobre os eventuais impactos deste assunto nas demonstrações financeiras.
11. Em 31 de Dezembro de 2020, os resultados não operacionais incluem proveitos (2020: 5.929.701.363 Kwanzas; 2019: 4.151.027.033 Kwanzas) e custos (2020: 3.101.181.379 Kwanzas; 2019: 6.289.981.780 Kwanzas) referentes a correcções relativas a exercícios anteriores, o que evidencia a existência de deficiências significativas ao nível da aplicação do princípio da especialização dos exercícios, não permitindo os procedimentos e controlos em vigor assegurar que as transacções relativas à aquisição de serviços e/ou investimentos são registadas no período a que dizem respeito. Nestas circunstâncias, e considerando o facto de as demonstrações financeiras relativas o exercício findo em 31 de Dezembro de 2019, apresentadas para efeitos comparativos, terem sido por nós examinadas e o respectivo Relatório de Auditoria, datado de 30 de Junho de 2020, consubstanciar uma escusa de opinião, não estamos em condições de concluir, com o necessário rigor, em que medida as regularizações referidas acima seriam susceptíveis de afectar o saldo de abertura da rubrica de "Resultados transitados" e a comparabilidade dos saldos do exercício corrente com o exercício anterior.

Opinião com Reservas

12. Em nossa opinião, excepto quanto aos possíveis efeitos das matérias descritas nos parágrafos n.ºs 6 a 11 das "Bases para a Opinião com Reservas", as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Empresa Nacional de Distribuição de Electricidade, E.P., em 31 de Dezembro de 2020, e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao exercício findo naquela data, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Angola.

Luanda, 19 de Maio de 2021

Ernst & Young Angola, Lda.
Representada por:



Ricardo Miguel André
(Perito Contabilista n.º 20140027)